



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO





Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: André Ramos Tavares
Disciplina: Sistema de Justiça Federal
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 6ª feira (quinzenalmente)
Horário: 14h00 às 18h00 e das 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina promove o estudo e a pesquisa sobre o Poder Judiciário federal, ocorrência própria de modelos federais de Estado, como o brasileiro e o norte-americano. A complementação entre Justiça Federal e Justiças estaduais, bem como as competências próprias da Justiça Federal são abordadas a partir dos paradigmas constitucionais de efetividade dos direitos humanos fundamentais, dos direitos fundamentais do processo e do Estado democrático e social de Direito. Funções e finalidades da Justiça federal, sua estrutura, composição, perfil, pontos de atrito com os demais Poderes e com o próprio Judiciário, imagem perante a sociedade e funcionamento próprio serão abordados a partir dos paradigmas constitucionais e demandas do Estado contemporâneo, na busca pela eficiência (e seus modelos de gestão), transparência (accountability) e desenvolvimento pleno.

Bibliografia Básica:

FIX-ZAMUDIO, Héctor, COSSÍO DÍAZ, José Ramón. *El Poder Judicial en el Ordenamiento Mexicano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

TAVARES, André Ramos. *Paradigmas do Judicialismo Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Manual do Poder Judiciário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder Judiciário: Crise, acertos e desacertos*. São Paulo: RT, 1995.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

ZANON, Nicolò, BIONDI, Francesca. *Il Sistema Costituzionale della Magistratura*. 3. ed. Bologna: Zanichelli ed., 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos da Ponte
Disciplina:	Novas tendências penais e Projeto de Reforma do Código Penal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da Ciência Penal e seu papel em um Estado Democrático de Direito. Propõe uma leitura constitucional do Direito Penal e a análise dos mandados explícitos e implícitos de criminalização contidos na Carta Magna. Contempla, ainda, o estudo dos seguintes temas: Princípios Constitucionais; bem jurídico-penal; bem jurídico-penal difuso; ideologia e Direito Penal; políticas de Segurança Pública; Sistema Punitivo e modelo de Estado; Análise do Projeto de reforma penal.

Bibliografia Básica:

BUSATO, Paulo César; HUAPAYA, Sandro Montes. Introdução ao Direito Penal – Fundamentos para um Sistema Penal Democrático. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007.

CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e Crime – Uma Perspectiva da Criminalização e da Descriminalização. Porto, Universidade Católica Portuguesa, Editora Porto, 1995.

FELDENS, Luciano. A Constituição Penal – A dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.

HASSEMER, Winfried. Introdução aos fundamentos do Direito Penal (Einführung in die Grundlagen des Strafrechts). Trad. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 2005.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

----- Direito Penal Libertário. Trad. Regina Greve. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

----- Características e crises do moderno Direito Penal. In: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal. Porto Alegre, ano III, nº 18, fev./mar., 2003, p. 144-157.

----- O sistema do Direito e a codificação - A vinculação do juiz à lei. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Trad. Peter Walter Ashton. Porto Alegre, ano XIII, nº 36, mar., 1986, p. 180-197.

----- Segurança Pública no Estado de Direito. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano XXI, nº 62, nov., 1994, p. 152-172.

PONTE, Antonio Carlos da. Inimputabilidade e Processo Penal. São Paulo, Atlas, 2002.

----- Crimes Eleitorais. São Paulo, Saraiva, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos da Ponte
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da norma jurídica e seu papel no Ordenamento Jurídico de um Estado Democrático de Direito. Contempla o estudo dos seguintes temas: norma jurídica; existência, validade e eficácia das normas; ordenamento jurídico; sistema normativo; lacunas no Direito; Princípios gerais do Direito; antinomias; regras jurídicas; interpretação e hermenêutica constitucional; ideologia e norma; e fontes supranacionais do Direito.

Bibliografia Básica:

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios - Da definição à aplicação dos princípios*. 5ª ed. São Paulo, Malheiros, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Trad. Fernando Pavan Baptista; Ariani Bueno Sudatti. 3ª ed. Bauru, Edipro, 2005.

DINIZ, Maria Helena. *As Lacunas no Direito*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

ENGLISH, Karl. *Introdução ao Pensamento Jurídico*. Trad. J. Baptista Machado. 6ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Baptista Machado. São Paulo, Martins Fontes, 1995.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos Mendes
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Filosofia da Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A partir da reflexão filosófica sobre a Constituição e seus fundamentos axiológicos como núcleo essencial do Direito. O curso tem a finalidade: (1) despertar o interesse pela investigação sobre os temas essenciais do Direito, sob a ótica gnosiológica, axiológica e ontológica; (2) estimular a pesquisa-jurídica; (3) gerar o hábito da reflexão e do diálogo filosófico-jurídico; (4) estimular a elaboração de estudos filosóficos sobre o Direito e, em especial, a Constituição, preparando, assim, o aluno para o magistério jurídico.

Bibliografia Básica:

HESSEN, Johannes. *Tratado de Filosofia* - Editorial Sudameris. Buenos Aires, 1957.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Coimbra: Armenio Amado, 1974.

LAVELLE, Louis. *Traité des Valeurs* - Prèsses Universitaires de France, 1951/1955.

LOSANO, Mário G. *Teoria Pura Dei Derecho*. Bogotá: Temis, 1992.

REALE, Miguel. *Fontes e Modelo do Direito*. Saraiva.

LAPORTA. Francisco. *Constitución: problemas filosóficos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos Políticos y Constitucionales, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos Mendes
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito e Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa fornecer aos alunos conhecimentos básicos indispensáveis para uma abordagem dos vários ramos do direito em nível de pós-graduação, comportando análise da Teoria da Norma Jurídica, da Teoria do Ordenamento Jurídico e da Teoria da Hermenêutica Jurídica.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Roberto. *El Concepto y La Validez Del Derecho*. Barcelona: Gedisa, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Ed. Polis, UNB.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, 2004.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

SICHES, Luis Recaséns. *Filosofia dei Derecho*. México: Porrúa, 1959.

VALDES, Emesto Garzón; LAPORTA, Francisco. *EI derecho y Ia justicia*. Madrid: E.Trotta, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Disciplina:	O Direito Internacional no Sistema Financeiro e Mercado de Capitais - Negociações do Comércio Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	5ª. feira
Horário:	19h00min às 23h00min
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudos e análises do Mercado financeiro nacional e internacional como um todo, além do CÂMBIO, moeda, REMESSA E INTERNAÇÃO DE CAPITAL ESTRANGEIRO, ATIVIDADE BANCÁRIA e REGULAÇÃO DO BANCO CENTRAL. Pesquisa acerca dos contratos internacionais de natureza bancária/financeira nas operações de comércio exterior - exportação / importação, as respectivas garantias das operações internacionais de compra e venda com financiamento através de garantias bancárias, SECURITÁRIAS, utilizadas no comércio internacional, Tudo isso, com o objetivo de reconhecer e estimular as situações existentes e decorrentes dos efeitos da GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA e FINANCEIRA.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. *Estado Governo Sociedade - Para uma teoria geral da política*. São Paulo, Paz e Terra, 3ª ed., 1990.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha e SILVA, Geraldo José Guimarães da. *Manual de Direito do Comércio Internacional - Contrato de Câmbio*. São Paulo, RT, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. *Contratos Internacionais de Seguros*. São Paulo, RT, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. *Manual de Direito Internacional - OAB Doutrina*. SP, Campus Elsevier, 2009

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. *Tratados Internacionais*. São Paulo, Lex Aduaneiras, 2009



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Arlete Inês Aurelli
Disciplina:	Admissibilidade da ação e do processo, nas mais variadas formas de tutela jurisdicional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nesse curso, desenvolveremos os seguintes temas em sala de aula:

1. requisitos de admissibilidade indispensáveis em todos os tipos de tutela: condições de ação e pressupostos processuais.
2. Cognição judicial e os planos de análise.
3. Condições da ação: admissibilidade ou mérito?
4. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de procedimento ordinário, sumário, especial, bem como no tocante ao juizado especial.
5. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de urgência:
6. Tutela cautelar e antecipada : semelhanças e diferenças
7. Fungibilidade entre tutela cautelar e antecipada: via de mão dupla?
8. Fumus boni iuris e periculum in mora: condições de ação ou mérito das cautelares?
Fumus boni iuris e periculum in mora: requisitos indispensáveis a todas as cautelares?
9. Cautelares satisfativas: ainda persistem no sistema?
10. Prazo para propositura da ação principal nas cautelares preparatórias: requisito indispensável?
11. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no mandado de segurança individual e coletivo: análise da legitimidade ativa e passiva; interesse processual, incluindo a discussão sobre o justo receio como requisito de admissibilidade no mandado de segurança preventivo; possibilidade jurídica do pedido.
12. Direito líquido e certo: condições de ação ou mérito da ação de mandado de segurança?
13. Requisitos de admissibilidade da ação e processo na tutela inibitória: a ameaça como requisito indispensável.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

14. Requisitos de admissibilidade na execução.

Bibliografia Básica:

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para Agir no Direito Processual Civil*. São Paulo, Ed. RT, 1979.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*. São Paulo, Malheiros, 2010

SCARPINELLA BUENO, Cássio. *Curso de direito processual civil*. Saraiva, 2012

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do Processo e da Sentença*. 4a ed., São Paulo, Ed. RT.

WATANABE, Kazuo. *Da Cognição no Processo Civil*. Campinas, Bookseller, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Carla Teresa Martins Romar
Disciplina:	Tutela Processual dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores – Provas no Processo do Trabalho
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Teoria da prova; meios de prova; momento e lugar da produção da prova; valoração da prova; peculiaridades da prova no processo do trabalho.

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. São Paulo : LTr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. São Paulo : Saraiva.

ROMAR, Carla Teresa Martins. *Direito processual do trabalho*. São Paulo : Atlas.

MACHADO JR., CÉSAR P. S. *O ônus da prova no processo do trabalho*. São Paulo : LTr.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *A prova no processo do trabalho*. São Paulo : LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Carlos Roberto Husek
Disciplina:	Direito Diplomático e Consular, Aspectos Internacionais e Processuais
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo da disciplina "Direito Diplomático e Consular, Aspectos Internacionais e Processuais" é o de proporcionar ao aluno um estudo aprofundado das relações diplomáticas e consulares, na vida internacional (tratados que dão suporte às instituições básicas), os seus efeitos jurídicos, campo de abrangência e responsabilidade dos Estados, acreditantes e acreditados, bem como a análise do procedimento jurisdicional interno quando houver ação em face das embaixadas e consulados, e especial atenção à imunidade e/ou renúncia à imunidade de jurisdição e de execução.

Dar-se-á particular ênfase ao estudo de casos concretos e soluções das Cortes internacionais e das nacionais, com o fito de formação e informação dos mestrandos, quer sejam eles meros estudiosos, ou também, advogados, juízes, procuradores e outros profissionais do Direito.

Bibliografia Básica:

HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de Direito Internacional Público*. 11ª edição, LTr.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual do Direito Internacional Público*. 17ª edição, Saraiva.

HABELE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa, Edições 70, 2008.

NERY, Nelson e NERY, Rosa Maria. *Código de Processo Civil Comentado e outros de igual matéria*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cássio Scarpinella Bueno
Disciplina:	Efetividade do processo e tutela jurisdicional diferenciada: do "processo cautelar" à estabilização da tutela antecipada
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tutela jurisdicional diferenciada e cognição jurisdicional no "modelo constitucional do direito processual civil". "Processo cautelar" e tutela antecipada. Tutela de urgência e tutela da evidência. Medidas autossatisfativas e medidas inovativas. Estabilização da tutela antecipada. A experiência do direito estrangeiro. A evolução do direito brasileiro: o CPC de 1939 e o Código Buzaid sistematizado. O Projeto de novo Código de Processo Civil no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Bibliografia:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)*. 5ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

BERIZONCE, Roberto Omar. *Tutelas procesales diferenciadas*. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2009.

CALAMANDREI, Piero. *Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari*. Padova: CEDAM, 1936.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. *Curso sistematizado de direito processual civil*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. vol. 4.

TAVOLARI OLIVEROS, Raúl (coord.). *Derecho procesal contemporáneo: ponencias de las XXII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal*,



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

tomo I. Santiago: Editorial Jurídica de Chile/Puntolex, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Celso Fernandes Campilongo, Fábio Ulhoa
Coelho e Ivo Waisberg

Disciplina: Direito da Concorrência

Núcleo de Pesquisa: Direito Comercial

Dia da semana: 2ª feira

Horário: 08h:00 às 12h:00

Semestre: 2º/2013

Créditos correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

Direito da Concorrência. 1. Apresentação do curso. Direito e economia. Antitruste. 2. Constituição econômica, direito econômico, "law and economics". 3. Direito da concorrência: conceito, origens históricas e desenvolvimento. 4. Direito da concorrência no Brasil. 5. Abuso de poder econômico. 6. Condutas anticompetitivas (aulas 6,7 e 8). 9. Concentração de poder econômico (aulas 9 e 10). 11. Regime jurídico da concorrência ilícita: diferenças entre concorrência desleal e infração contra a ordem econômica. 12. Propriedade intelectual e antitruste. 13. Concorrência e regulação. Concorrência no sistema financeiro. 14. A nova Lei Antitruste brasileira (aulas 14 e 15). 16. Aspectos polêmicos: (i) revisão judicial das decisões do CADE; (ii) cabimento de arbitragem; (iii) "sham litigation".

Bibliografia Básica:

Eleonor Fox e Lawrence Sullivan. *Cases and Materials on Antitrust*. St. Paul, WestPublishing, 2001

Phillip Areeda e Louis Kaplow. *Antitrust Analysis*. New York, Aspen Law & Business, 2004.

Robert Bork. *The Antitrust Paradox*. New York, The Free Press, 1993.

Richard Posner. *Antitrust Law*. Chicago, The University of Chicago Press, 2001

Cesar Mattos (coordenador). *A revolução antitruste no Brasil (dois volumes)*. São Paulo, Singular, 2003 e 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarice Von Oertzen de Araujo
Disciplina:	Semiótica Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Estudo do caráter semiótico do Direito, enquanto sistema de linguagem prescritiva, com ênfase na produção de significados encontrados em níveis de crescente complexidade, na medida em que se positiva o ordenamento jurídico.
- Apresentação da incidência como matriz de semiose normativa, quando se estabelecem correspondências de raciocínios implicados no ajuste entre signos verbais e não verbais, ambientados em cenários de globalização econômico-financeira e de mundialização da cultura.
- Os métodos e conceitos desenvolvidos pela Teoria Geral do Direito, da Semiótica e das Ciências da Comunicação verificados em interfaces sistêmicas e analogias instrutivas com a transferência de informação entre as naturezas adaptativas e interativas da comunicação das áreas envolvidas.
- Estudo comparativo entre as linguagens naturais e as formalizadas que evidenciam semelhanças e divergências, aproximando os estudiosos do direito e dos demais sistemas de comunicação, da "lógica" como um ramo da ciência estreitamente vinculado à semiótica.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Clarice von Oertzen de. *Semiótica do Direito*. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2005.

PEIRCE, C. S. . *Semiótica*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977

_____. *Escritos Coligidos*. Seleção de Armando de Moraes; tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

_____. *Antologia Filosófica*. Prefácio, seleção, tradução e notas de Antônio Machuco Rosa. Portugal, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. *Curso de semiótica geral*. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Clarice Von Oertzen de Araujo
Disciplina: Teoria Geral do Direito - Modelo de Incidência das Normas Jurídicas
Núcleo de Pesquisa: Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

- Estudo do fenômeno da "incidência das regras jurídicas" concebido por Pontes de Miranda à luz da semiótica legal.
- Apresentação das categorias do determinismo forte e fraco, conforme os modelos científicos adotados pela lógica e pela filosofia das ciências.
- A ocorrência do determinismo no desempenho dos ordenamentos jurídicos - a questão da certeza do direito.
- Investigação do caráter "automático e infalível" do modelo de incidência proposto por Pontes de Miranda à luz da doutrina falibilista de Charles Sanders Peirce.
- Investigação do caráter retórico da aplicação das normas jurídicas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência*. 4 edição. São Paulo, Ed. Saraiva, 2006.

PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Sistema de ciência positiva do direito*. 4 Tomos Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2000.

PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Introdução à Sociologia Geral*. Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2003.

PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *O problema fundamental do conhecimento*. Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2005.

THE ESSENCIAL PEIRCE - 2 VOLUMES - Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel (os trechos utilizados serão traduzidos para a oferta de material de leitura aos alunos).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarissa Ferreira Macedo D'Isep
Disciplina:	Políticas Públicas Ambientais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Estado tem o dever constitucional de preservação e proteção do meio ambiente. O meio ambiente é complexo, isto é, provido de elementos naturais, artificiais e culturais, que requerem o desenvolvimento de instrumentos e mecanismos de proteção. É papel do Estado, desenvolver o sistema de proteção e gestão ambiental, das mais variadas formas. Iniciativas que advêm nas denominadas Políticas Públicas Ambientais.

Objetivos Gerais:

Identificar a figura do denominado "Estado de Direito Ambiental", isto é, o papel do Estado na preservação do meio ambiente, enquanto responsável pela proteção do interesse social. Avaliar os fundamentos, instrumentos e mecanismos para o cumprimento do dever de tutela do meio ambiente.

Bibliografia Básica:

CALMETTE, Jean-François. *La rareté en Droit Public*. Paris: L'Harmattan, 2004.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. NERY JÚNIOR e MEDAUAR, Odete. Nelson. *Políticas Públicas Ambientais: estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. *Água juridicamente sustentável*. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

PRIEUR, Michel. *Droit de l'environnement*. 5ª ed. Paris: Dalloz, 2004.

ROMI, Raphaël. *Droit et administration de l'environnement*. Paris: Montchrestien, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarissa Ferreira Macedo D'Isep
Disciplina:	Direito Ambiental Econômico - fundamentos e instrumentos econômico-jurídicos públicos e privados de proteção ambiental e da "Economia Verde"
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O atual estágio de degradação ambiental e uso excessivo dos recursos naturais fez emergir a necessidade de internalização das "externalidades ambientais" na cadeia de produção e o regramento social do seu uso essencial. Tarefa que cabe ao Estado, a empresa e à sociedade civil por meio de diferentes fundamentos e de instrumentos adaptados às diferentes realidades. Essa temática, objeto de estudo do Direito ambiental econômico, ecoou na esfera internacional e será tema de debate na Conferência Rio + 20 com a denominação de Economia verde, desenvolvimento sustentável e governança ambiental, o que demonstra a relevância pontual da temática.

Bibliografia Básica:

- ADDA, Jacques. *La mondialisation de l'économie*. Paris: La decouverte, 2004.
- BONNIEUX, François. DESAIGUES, Brigitte. *Économie et politiques de l'environnement*. Paris: Dalloz, 1998.
- FAURE, Michel. *L'analyse économique du droit de l'environnement*. Bruxelas: Bruylant, 2007.
- D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. *Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000: análise jurídica do modelo de gestão e certificação ISO 14001*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

LONDON, Caroline. *Environnement et instruments économiques et fiscaux*. Paris: L.G.D.J, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Filosofia Clássica do Direito e o Relativismo Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina 'A FILOSOFIA CLÁSSICA DO DIREITO E O RELATIVISMO JURÍDICO' destaca a importância da passagem da filosofia clássica para a moderna e contemporânea, com a substituição da preocupação ontológica pela gnosiológica, mostrando o efeito produzido sobre os conceitos de direito e de justiça pelas novas concepções sobre o homem e o universo. Analisa, em seguida, as contribuições de Radbruch, Stammler, Del Vecchio e Miguel Reale para introduzir o método do relativismo histórico-cultural, no estudo da realidade social e jurídica, de modo a ampliar o horizonte do intérprete da norma, captando os valores por ela tutelados, numa visão prospectiva, que enfatiza a importância da "atualização jurisprudencial" da norma e não mais a visão retrospectiva, que remeteria tão somente ao momento da gênese normativa, de fidelidade à "intenção do legislador".

Bibliografia Básica:

- RADBRUCH, Gustav. *Filosofia Do Direito*. Tradução De Marlene Holzhausen. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2010.
- REALE, Miguel. *Filosofia Do Direito*. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª Edição, 2002, 9ª Tiragem, 2011.
- REALE, Miguel. *O Direito Como Experiência*. São Paulo, Editora Saraiva, 2ª Edição Revista, 1992, 4ª Tiragem, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria do Direito e do Estado
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina 'TEORIA GERAL DO DIREITO E DO ESTADO' destaca a importância do Estado na produção do direito na modernidade, mostrando como o monopólio da normogênese jurídica partiu de uma concepção monista das relações entre Estado e ordenamento. Discute as vantagens e desvantagens de tal visão, contrapondo-a ao pluralismo jurídico. Estuda também as implicações entre a idéia de soberania e o poder de positivizar o direito. Discute a idéia de direito natural e de historicidade do direito e do Estado. Introduce em seguida a idéia da gradação da positividade jurídica e da tridimensionalidade do direito.

Bibliografia Básica:

REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. São Paulo, Editora Saraiva, 2010.

DE CICCO, Cláudio e AZEVEDO GONZAGA, Álvaro. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2012.

DE CICCO, Cláudio. *História do Pensamento Jurídico*. São Paulo, Editora Saraiva, 2012, 6ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio Finkelstein
Disciplina:	Reflexos Jurídicos da Globalização Econômica - A Sociedade Internacional como Produtora de Normas
Subárea a que pertence:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo da disciplina Reflexos Jurídicos da Globalização Econômica - A Sociedade Internacional como produtora de normas, é revisar os diferentes institutos e procedimentos jurídicos que são utilizados no âmbito do direito Internacional e que regulam os direitos e deveres interprivados no marco da complexa rede de relações econômico/sociais e políticas do nosso tempo. Especialmente se estudará a mecânica de funcionamento dos contratos no âmbito das relações econômicas internacionais, examinando os resultados que derivam de uma aplicação e concepção dos negócios jurídicos baseada nos valores humanistas e justos, os quais operam de forma indireta como mecanismo de garantia e proteção dos direitos humanos e servem para criar relações interculturais que favorecem a paz mundial.

Bibliografia Básica:

ARELLANO, Carlos Garcia. *Derecho Internacional Privado*. México: Porrúa, 1974.

BAPTISTA, Luis Olavo. *Dos Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática*. São Paulo: Saraiva, 1994.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

BARBOSA, Rubens Antônio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.00.
BLOOM, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental*. Best Seller.

BORBA, Paulo. *Contrato Financeiro Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais. CONTRATOS INTERNACIONAIS / Coordenador: João Grandino Rodas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

CORREIA, A Ferrer. *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*. Lisboa: Almeidina, 1989.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome dos Professores:	Claudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Pensamento Jurídico Contemporâneo: Conteúdo e Limites Da Jurisdição
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direito e lei. Cidadania e democracia ateniense. Pré-direito e direito. Da polis grega à civitas romana. 2. Doutrina cristã e direito; o primado da justiça cristã; o Estado cristão como superação; o agostinismo jurídico; a doutrina do direito de São Tomás; o franciscanismo e as fontes escolásticas; a reforma protestante e a contra reforma católica. 3. Pensamento jurídico moderno; humanismo e direito; racionalismo jurídico; positivismo jurídico. 4. Decadência do positivismo; direito e nacional socialismo; renascimento pós-guerra; neopositivismo, finalismo e funcionalismo. 5. Teorias processuais ou procedimentais da justiça; teoria dos sistemas; modelo contratualista e modelo discursivo. 6. Direito e Justiça; justiça como igualdade; justiça social; justiça como segurança e paz jurídica. 7. Política Jurídica; delimitação da política jurídica; consciência jurídica e política jurídica. 8. Contexto e conceitos de justiça; sociedade justa e cidadãos livres; justiça com equidade; ideais de liberdade e igualdade na cidadania; contextos da justificação e do reconhecimento. 9. A justiça e os direitos; direitos fundamentais, direitos econômicos, direitos sociais e direitos culturais; promoção e prestação de justiça e efeitos horizontais dos direitos, das liberdades e das garantias. 10. Constituição Federal, princípios informadores do Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana. 11. Princípios e valores. A dignidade humana como parâmetro de interpretação jurídica. 12. Democracia e valores constitucionais. Princípios orientadores de soberania popular. 13. Aplicação da lei - jurisdição; âmbito de eficácia, de competência e de aplicação da norma; o problema da aplicação da lei no espaço e o direito internacional; os limites



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

impostos pelas comunidades e os acordos internacionais. 14. Jurisdição no Estado; a jurisdição como atributo de soberania; a jurisdição em face de entidades não estatais; comunidades religiosas e comunidades étnicas; a concorrência interna de legislações. 15. Justiça, direito de resistência e a questão da desobediência civil. 16. Tutela dos direitos fundamentais e o exercício arbitrário de poder. Contraposição da atividade legislativa e jurisdicional.

Bibliografia Básica:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*, São Paulo: Coimbra Editora/Editora Revista dos Tribunais - co-edição, 2008

KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfried. *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LOSANO, Mario Giuseppe. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENGISCH, Karl *Introdução ao Pensamento Jurídico*, 6ª Ed., trad. J. Baptista Machado. Lisboa: Gulbenkian, 1988.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome dos Professores:	Claudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Política Criminal e os fins do Processo Penal no Estado Democrático de Direito
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Constituição Federal, princípios informadores do Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana. 2. Princípios e valores. A dignidade humana como parâmetro de interpretação jurídica. 3. Democracia e valores constitucionais. Princípios orientadores de soberania popular. 4. A missão do Direito Penal e do Direito Processual Penal no Estado Democrático de Direito. 5. O bem jurídico como limite ao direito de punir do Estado e as funções empíricas do Direito Penal e do Direito Processual Penal Contemporâneos. 6. O Processo Penal em face da construção típica penal: a teoria geral do delito, o tipo e a tipicidade. 7. Política Criminal: análises alternativas sobre um sistema penal na pós-modernidade. 8. Prevenção geral positiva/integrativa ou negativa/intimidativa. 9. Prevenção especial corretiva ou eliminativa. 10. A resposta processual penal e o direito penal contemporâneo. 11. Sistema processual penal e globalização: a constatação dos problemas envolvendo o déficit de sistematização. 12. A matéria probatória e a crise processual penal em face dos princípios e garantias individuais. 13. A comunicação social e a tutela jurídica da dignidade humana. 14. A publicidade e o sistema de proteção penal. 15. As escutas telefônicas, as interceptações e o direito fundamental à privacidade. 16. Prestação jurisdicional justa como expressão do respeito à dignidade humana: limitações ao direito de punir do Estado.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Claudio José. *Política Criminal e os fins do Direito Penal no Estado Social e Democrático de Direito. Processo Penal e garantias*



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

constitucionais, coord. Marco Antonio Marques da Silva, São Paulo: Quartier Latin, 2006.

PEREIRA, Claudio José Langroiva. *Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal*, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais - Visão Luso-Brasileira*, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2006.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús Maria. *A expansão do Direito Penal - Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Tradução de Luiz Otávio de Oliveira Rocha da 2ª edição espanhola (Madrid: 2.001). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clovis Beznos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Objetivo: apresentar os elementos fundamentais da teoria do direito, propondo-se, a partir desses elementos, a construção de uma teoria geral do direito público.

Temas: Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Sistema jurídico. Norma jurídica. Competências. Regras e Princípios. Subsunção e Ponderação. Interpretação e Discricionariedade. Função pública. Deveres-Poderes. Direitos subjetivos públicos.

Bibliografia Básica:

SANTI ROMANO. *Fragmentos de un diccionario jurídico*. Buenos Aires: Europa-América, 1964. DWORKIN, Ronad.O império do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. Ed. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

SICHES, Luis Recasens. *Introducción al estudio del derecho*. México: Porrúa, 2006.

GARCÍA MÁYNEZ, Eduardo. *Introducción al estudio del derecho*. México: Porrúa, 2006. ALEXYS, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008. MERKL, Adolfo. Teoría general del derecho administrativo. Granada: Comares, 2004.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia del derecho*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1999.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clovis Beznos
Disciplina:	O Regime Jurídico Administrativo, Função Administrativa, e Princípios da Administração
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Preordena-se a presente disciplina ao estudo metodológico do regime jurídico administrativo, da função administrativa, bem como dos princípios que informam a Administração Pública. Trata-se da investigação do núcleo fundamental da ciência do Direito Administrativo, que se constitui em seu regime jurídico. Impossível é o conhecimento de qualquer ciência, sem o conhecimento de seu objeto. Os princípios elencados como informadores da Administração na Constituição da República integram esse regime jurídico administrativo, sendo lógica a sua investigação.

Bibliografia Básica:

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CAUPERS, João. *Introdução ao Direito Administrativo*. 8. ed. Lisboa: Âncora, 2005.
- BREWER-CARÍAS, Allan R. *Derecho administrativo*. Bogotá: Universidad Externad Central de Venezuela; Universidad Central de Colombia, 2005. Vol 1.
- ESCOLA, Héctor Jorge. *El interés público como fundamento del derecho administrativo*. Buenos Aires: Desalma, 1989.
- ENTERRÍA, Eduardo García de; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de derecho administrativo*. 11. ed. Madrid: Civitas, 2002.
- FERNÁNDEZ, Tomás - Ramón. *Curso de derecho administrativo*. 11.ed.ed. Madrid: Civitas, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Consuelo Yatsuda M. Yoshida
Disciplina: Tutela Processual Ambiental (civil, administrativa e penal)
Núcleo de Pesquisa: Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Crédito correspondente: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina se insere na proposta de instrumentalizar a efetividade da tutela processual ambiental, desenvolvendo abordagens teórico-práticas acerca do processo civil, administrativo e penal na área ambiental, e respectivos procedimentos, preordenadas ao atingimento dos seguintes objetivos: a) desenvolver a construção de uma teoria geral do processo ambiental, abrangendo os processos civil, administrativo e penal, a partir dos princípios constitucionais; b) promover o aprofundamento de estudos, pesquisas e debates sobre aspectos relevantes e controversos de cada um desses processos e respectivos procedimentos, com atenção para o inquérito civil, o Termo de Ajustamento de Conduta e instrumentos afins, questões controversas acerca das ações coletivas ambientais, notadamente da ação civil pública ambiental e da ação de improbidade ambiental; o procedimento do licenciamento ambiental, nas suas diferentes modalidades; o processo administrativo por infrações ambientais, e o procedimento diversificado nas instâncias federativas; questões polêmicas referentes ao processo e procedimento dos crimes ambientais praticados por pessoas físicas e jurídicas, abrangendo os juizados especiais criminais.

Bibliografia Básica:

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito administrativo e meio ambiente*. Curitiba: Juruá.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza*. De acordo com a Lei 9.605/1998. São Paulo: RT.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais

YOSHIDA, Consuelo Y. M. *Tutela dos interesses difusos e coletivos*. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Disciplina:	Serviços públicos, modos de prestação e tutela dos usuários
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1) Redefinição do papel do Estado na prestação de serviços públicos: realização e regulação dos serviços públicos. 2) A noção de serviço público. 3) Regime jurídico dos serviços públicos e análise de diversas atividades setoriais. 4) Os princípios dos serviços públicos. 5) Serviços públicos e Direitos Fundamentais. 6) Afirmação e limites do direito ao serviço público. 7) Modos de prestação dos serviços públicos. 8) A posição jurídica do usuário do serviço público. Mecanismos de proteção do usuário. 9) Natureza jurídica do vínculo existente entre o usuário e o prestador dos serviços públicos. 10) Remuneração dos serviços públicos. 11) Responsabilidade civil das pessoas prestadoras de serviços públicos. 12) A prestação dos serviços públicos e o papel das agências reguladoras. 13) Controle dos serviços públicos. 14) Formas alternativas de solução dos conflitos. 14) Serviços públicos e outras atividades da Administração.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos Serviços Públicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros. 2003.

JUSTEN, Mônica Spezia. A noção de serviço público no direito europeu. São Paulo: Dialética, 2003.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

PEREIRA, César A. Guimarães. Usuários de serviços públicos: usuários, consumidores e os aspectos econômicos dos serviços públicos. São Paulo: 2. ed Saraiva, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Dirceu de Mello
Disciplina: Temas Especiais de Direito Penal
Núcleo de Pesquisa: Direito Penal
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

"Temas Especiais de Direito Penal. Princípios Constitucionais. Finalismo. Imputação Objetiva. Teoria do Domínio do Fato. Abolicionismo. Garantismo. Direito Penal do Inimigo".

Bibliografia Básica:

Francisco de Assis Toledo - *Princípios Fundamentais do Direito Penal*
Basileu Garcia - *Instituições de Direito Penal*
Luigi Ferrajoli - *Direito e Razão - Teoria do Garantismo Penal*
Günther Jakobs - *Fundamentos do Direito Penal*
Luís Greco - *Imputação Objetiva*



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	Processo Civil e Direito Comparado: temas relevantes
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Historicamente, o direito processual veio a ganhar importância em razão do reconhecimento da necessidade de intervenção estatal para a solução de conflitos de interesses ocorridos no mundo fenomênico. Salvo raríssimas exceções, como consequência lógica da impossibilidade de solução dos conflitos de interesse pelos próprios interessados, impôs-se a assunção, por parte do Estado, da função jurisdicional, que pode ser compreendida, em suas linhas gerais, como a aplicação do direito ao caso concreto. Dada a autonomia do direito processual em relação a outros ramos do direito, impõe-se o seu estudo relativamente a outros ordenamentos jurídicos distintos do brasileiro. Com efeito, encontramos no direito alienígena, diversos institutos e mecanismos processuais tendentes à efetivação do direito material que apresentam inúmeras similitudes àqueles disciplinados pela legislação pátria. O propósito da presente disciplina é, pois, analisar ditos institutos disciplinados pelo direito pátrio sem deixar de investigar como são tratados em diversos ordenamentos estrangeiros, apontando diferenças e semelhanças.

Bibliografia Básica:

BAUR, Fritz. *Tutela jurídica mediante medidas cautelares*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1985.

DIDIER JUNIOR, Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira. (Org.). *Teoria do processo - panorama doutrinário mundial*. Salvador: Juspodivm, 2008.

FERREIRA, Fernando Amâncio. *Manual dos recursos em processo civil*. 2.ª ed. Coimbra: Almedina, 2001.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

GIDI, Antonio. *A "Class Action" como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada*. São Paulo: RT, 2007.

SENDRA, Vicente Gimeno; LLOGREGAT, José Garbieri. *Los procesos de amparo*. Madrid: Colex, 1994.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Elizabeth Nazar Carrazza
Disciplina: A Efetividade do Sistema Constitucional Tributário
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A pesquisa abordará a efetividade do Direito Tributário em sua mais expressiva essência, que é a constitucional. Para tanto, será esmiuçado o sistema constitucional tributário, com ênfase nos princípios, nas normas gerais em matéria de legislação tributária, nas competências tributárias, nas limitações ao poder de tributar e na possibilidade de utilização dos mecanismos tributários na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, bem como na proteção do meio ambiente, do mínimo vital e da dignidade da pessoa humana.

Bibliografia Básica:

Curso de Direito Constitucional Tributário - Roque Antonio Carrazza (27ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2011).

Reflexões sobre a Obrigação Tributária - Roque Antonio Carrazza (Editora Noeses, São Paulo, 2010).

Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar - Aliomar Baleeiro (7ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1997).

Curso de Direito Tributário - Paulo de Barros Carvalho (20ª edição, Saraiva, São Paulo, 2008).

Hipótese de Incidência Tributária - Geraldo Ataliba (6ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2008).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Estevão Horvath
Disciplina: Efetividade do Direito Tributário na
Constituição
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa "efetividade do direito público e limitação da atividade estatal", estudar-se-á o Direito Tributário na constituição como servindo de limite à atuação Tributária Estatal, a segurança jurídica como limite genérico e as diversas alterações à constituição e sua repercussão no Estado de Direito.

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro* (com atualização de Misabel Derzi).

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria Geral do Direito Tributário*.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Linguagem jurídica e constructivismo lógico-semântico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O constructivismo lógico-semântico pode ser visto como rigorosa elaboração da metodologia sintática e semântica do direito. Essa concepção filosófica possibilita edificar uma teoria das normas bem estruturada em termos lógicos, discutida e esquematizada no nível semântico e com boas indicações para um desdobramento pragmático. Tudo isso, considerando que a positivação do direito se opera mediante a presença indispensável da linguagem, num contexto de crenças, idéias e convicções, decorrentes dos valores dos sujeitos que integram a sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo hermenêutico-analítico do direito, em que se dirige a atenção aos dados lingüísticos (linguagem jurídico-normativa), fazendo uso das categorias lógico-semânticas do texto prescritivo e analisando a norma jurídica na sua inteireza conceptual, mas que, por outro lado, também considera a necessidade premente de o discurso teórico propiciar a compreensão da concretude empírica do direito posto.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário, linguagem e método*. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.
- ROBLES MORCHON, Gregorio. *Teoría del derecho: fundamentos de teoría comunicacional del derecho*. Madrid: Civitas, 1998.
- TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no direito tributário*. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

VILANOVA, Lourival. *Escritos jurídicos e filosóficos*. São Paulo: Axis
Mundi, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Fábio Ulhoa Coelho
Disciplina: Sociedades Empresárias
Núcleo de Pesquisa: Direito Comercial
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h:00 às 23h:00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Teoria Geral das Sociedades Empresárias. Sociedade Anônima. Sociedade Limitada.

Bibliografia Básica:

- COMPARATO, Fábio Konder - *Poder de Controle na Sociedade Anônima*. 4ª edição em co-autoria com Calixto Salomão Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- SALOMÃO Filho, Calixto - *O Novo Direito Societário*. São Paulo, Malheiros, 1998.
- CARVALHOSA, Modesto - *Comentários à Lei das Sociedades por Ações*. São Paulo: Saraiva, 1997, 2ª edição, 4 volumes.
- COELHO, Fábio Ulhoa - *Curso de Direito Comercial*. São Paulo. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. 2.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Flávia Cristina Piovesan
Disciplina: Direito Constitucional Internacional e
Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O Objetivo do curso é, preliminarmente, desenvolver o estudo das diversas concepções de direitos humanos, bem como de seu fundamento e desenvolvimento histórico.

A partir deste marco teórico introdutório, será examinado o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos, com o enfoque dos principais tratados internacionais, tanto do sistema global (ONU), como do sistema regional interamericano (OEA) e a análise da jurisprudência sobre a matéria. Será ainda avaliado o modo pelo qual o Direito Brasileiro incorpora e recepciona os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, bem como o impacto jurídico que apresentam, mediante a análise de casos concretos.

Por fim, serão discutidas as perspectivas críticas e contemporâneas sobre os direitos humanos, com ênfase no Direito Internacional dos Direitos Humanos, enquanto referência ético-jurídica inspiradora dos sistemas legais vigentes tanto na esfera doméstica, como internacional.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fabio Konder. *Afirmção histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. 2ª edi. São Paulo: Saraiva, 2012



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Francisco José Cahali
Disciplina:	Arbitragem e Mediação – Meios alternativos de solução de conflitos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Adaptando-se à nova realidade mundial, o sistema jurídico brasileiro já encontra à sua disposição meios alternativos de solução de conflitos, e nesta linha, pretende-se promover o estudo mais aprofundado sobre, dentre outros, a mediação e arbitragem para a tutela das relações jurídicas privadas.

Bibliografia Básica:

CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. São Paulo: RT, 2011.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo*. São Paulo: Atlas, 2009.

GROSMAN, Claudia Frankel e MANDELBAUM, Helena Gurfinkel (Coordenadoras), *Mediação no Judiciário*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

Revista Brasileira de Arbitragem do Comitê Brasileiro de Arbitragem. São Paulo: Síntese e CBAr.

WALD, Arnaldo (Coordenador). *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo: RT



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

- AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ARISTÓTELES. *Ética Nicomáquea*. 3ª ed., Madrid: Editorial Gredos, 19954.
- DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Gilson Delgado Miranda
Disciplina:	O consumidor em juízo: temas atuais da tutela jurisdicional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina analisará a atuação eficaz do consumidor em juízo sob o enfoque dos temas atuais de processo, à luz, principalmente, das recentes alterações do Código de Processo Civil. Serão abordados os princípios processuais constantes da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional pertinentes à tutela jurisdicional do consumidor (devido processo legal, inafastabilidade do controle jurisdicional, contraditório e ampla defesa etc.); e mais: os principais aspectos da tutela antecipada (art. 273), da tutela específica (arts. 461, 461-A do CPC e art. 84 do CDC), do cumprimento de sentença (Lei n. 11.232/05 e o CDC), da nova execução civil (Lei n. 11.382/06 e o CDC), da execução contra a Fazenda Pública (arts. 730 e 731 do CPC e art. 100 da CF), da teoria geral dos recursos, da súmula vinculante, da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, dos recursos repetitivos em matéria de consumidor, dos limites dos embargos infringentes, do Juizado Especial Cível, entre outros.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 8 edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *A tutela específica do consumidor. In Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover* [organização Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes]. São Paulo: Editora DPJ, 2005.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM** **DIREITO**

MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luis Otávio Sequeira de; Gomes Junior, Luiz Manoel. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais [estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier]*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2008.

MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patricia Miranda. *Recursos no processo civil*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 9ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 10ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Giovanni Ettore Nanni
Disciplina: Fundamentos Gerais do Direito Civil e
Dignidade Humana - Codificação e Direito
das Pessoas
Núcleo de Pesquisa: Direito Civil
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O objetivo do plano de estudos é analisar os fundamentos gerais do Direito Civil à luz do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e seus reflexos no Código Civil, especialmente na Parte Geral. Buscar-se-á empreender investigação crítica e sistemática de diversos institutos, a fim de pesquisar seus aspectos e conceitos estruturais, assim como efeitos nas relações jurídicas privadas. Entre os pontos a serem debatidos: dignidade humana, direito existencial e direito patrimonial, codificação, princípios, cláusulas gerais, relação jurídica, situação jurídica, pessoa natural, direitos da personalidade, direito à identidade pessoal, intimidade, vida privada, vida, saúde e morte.

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil: teoria geral*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DE CUPIS, Adriano. *Os direitos da personalidade*. Tradução de Adriano Vera Jardim e Antonio Miguel Caeiro. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1961.

LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). *Teoria geral do direito civil*. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Na medida pessoa humana: estudos de direito civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

PERLINGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Direito Penal Sancionador
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Princípios constitucionais do Direito Penal. Teoria geral da pena: conceito, finalidades e sistemas. Espécies de penas. Aplicação da pena: estágios e fases. Sistema progressivo de cumprimento. Regimes penais. Direitos e deveres dos sentenciados. Penas alternativas e política criminal. Concurso de crimes. Benefícios penais. Efeitos da condenação. Medidas de segurança.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. *Individualização da pena*.

_____. *Princípios constitucionais penais e processuais penais*.

ROXIN, Claus. *Derecho penal - parte general*.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	João Batista Lopes
Disciplina:	Meios de prova e efetividade do processo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3º feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O estudo dos meios de prova reveste-se de especial relevância para a efetividade do processo na medida em que o direito à prova ganhou status constitucional. Consoante o modelo constitucional de processo, não é suficiente garantir ao jurisdicionado o direito de defesa, mas sim assegurar-se a possibilidade de influenciar na formação do convencimento do juiz. O manejo adequado dos meios de prova é, assim, decisivo para a tutela dos direitos e a efetividade da jurisdição.

Bibliografia Básica:

LESSONA, Carlo. *Teoria delle prove nel diritto giudiziario*. 2ª. ed. Florença: Fratelli Camelli. 1904.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. 4ªed. São Paulo: Mas Limonad, 1970.

JUNOY, Joan Picó i - *El derecho a la prueba en el proceso civil*. Barcelona: Bosch, 1996.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova*. São Paulo: RT, 2011.

LOPES, João Batista. *A prova no direito processual civil*. 3ª.ed. São Paulo: RT, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: João Batista Lopes
Disciplina: Execução Civil na Atualidade Brasileira
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil
Dia da semana: 4º feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Sensível às críticas dos especialistas e da comunidade jurídica em geral, o legislador processual procurou conferir maior efetividade à execução civil introduzindo inovações como o cumprimento da sentença, a penhora de faturamento e a alienação por iniciativa particular. A perspectiva de aprovação de um novo Código de Processo Civil torna oportuna a análise de novas propostas destinadas ao aprimoramento da legislação em harmonia com as tendências atuais no estudo do processo civil.

Bibliografia Básica:

- ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. São Paulo: RT, 2012
- LUISO, Francesco Paolo. *Diritto Processuale Civile*. 5ª.ed., Milão:Giuffrè, 1980.
- CARPI, Federico. COLESANTI, Vittorio e TARUFFO, Michele. *Commentario breve al Codice di Procedura Civile*. Pádua: CEDAM, 2012.
- BONSIGNORI, Angelo. *L'esecuzione forzata*. Turim: Giappichelli, 1991.
- FREITAS, José Lebre de. *A ação executiva*. Coimbra Editora, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: José Artur Lima Gonçalves
Disciplina: Dimensão Constitucional do Tributo -
Delimitação da Atividade Estatal
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Direito tributário a partir da noção de sistema / Tributo, República e Cidadania / Fontes de Direito Tributário/lei federal/nacional/lei complementar/o papel do c.t.n. / Hipótese de incidência / regra matriz de incidência/base e materialidade / Competência tributária / repartição constitucional / Imunidades e isenções / Classificação dos tributos / Sujeição passiva / IR / ICMS.

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. *Sistema Constitucional, Hipótese de Incidência Tributária, República e Constituição*.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário - Sobre os Princípios Constitucionais Tributários*. RDT 55/143. Sujeição Passiva e Responsabilidade. Revista Pós-PUC. 2 v.

GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a Renda - Pressupostos Constitucionais*. Malheiros, 1997. Lançamento - Meditação Preliminar, in Estudos em Homenagem a Geraldo Ataliba. Ed. Malheiros. Imunidade Tributária, in Imunidade Tributária do Livro Eletrônico. IOB.

SAMPAIO, FERRAZ JR., Tércio. *Introdução ao Estudo do Direito - Segurança Jurídica - Normas Gerais Tributárias*, RDT 17-18/51, ICMS - não cumulatividade e suas exceções constitucionais, RDT 48/14.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	José Manoel de Arruda Alvim Netto
Disciplina:	O papel da propriedade imóvel urbana no Estatuto da Cidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	18h30 às 23h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O exame do papel da propriedade imóvel urbana no Estatuto da Cidade, a partir do sistema constitucional. Serão examinados os principais instrumentos recepcionados no Estatuto da Cidade, criados pelo legislador com o objetivo de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e implementar as diretrizes gerais de política urbana.

Bibliografia Básica:

ARRUDA, Alvim. *Comentários ao Código Civil Brasileiro*. Forense: Rio de Janeiro. Vol. XI , Tomo I (Livro Introdutório ao Direito das Coisas), e Tomo II (Comentários aos arts. 1.196 a 1.224), 2009.

ABREU DALLARI, Adilson e FERAZ, Sérgio (org.). *Estatuto da cidade*. São Paulo: Malheiros, 2003.

MUKAI, Toshio. *O Estatuto da Cidade: Anotações á Lei nº 10.257, de 10/07/2001*. São Paulo : Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Comentários ao estatuto da cidade*. São Paulo : Revista dos tribunais, 2002.

SÉGUN, Elida. *Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Competências Federativas e Efetivação de Direitos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A efetivação dos direitos constitucionais depende da compreensão adequada dos princípios federativos e da repartição constitucional de competências. Entender a repartição de competências é assegurar a efetividade do direito a ser implementado. Há competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Com o instrumental adquirido no semestre, o aluno poderá aplicar, em seu tema próprio de pesquisa, as fórmulas federativas de efetivação dos direitos apreendidas no curso.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição Federal*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO HORTA, Raul. *Direito Constitucional*, Del Rey, Belo Horizonte.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dimensões da dignidade, Ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SARMENTO, Daniel. *Por um constitucionalismo mais inclusivo*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A igualdade como vetor de interpretação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O valor "igualdade" deve estar presente nas mais diversas técnicas de interpretação, permeando o sistema. O curso pretende estudar os limites da igualdade material, a efetividade da igualdade formal diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas com deficiência*. Corde, Brasília, 2011, 4ª. Edição, cópia gratuita no site: www.luizalbertodavidaraujo.com.br, menu freedownload.

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 3ª. Edição, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA., 8ª. Edição, ampliada e revisada, 2010, Rio de Janeiro.

Sex, race and merit. Debating Affirmative Action in Education and Employment, FAYE J. CORSBY AND CHERYL VAN DE VEER, The University of Michigan Press. 2003.

WERNECK, Claudia. *Quem cabe no seu todos?* WVA, 1999, Rio de Janeiro.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo de O. Fausto Figueiredo
Disciplina:	Diálogos Constitucionais - relacionamento entre ordens jurídicas e instituições nacionais e internacionais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Entender o relacionamento entre as constituições nacionais e as diversas instituições supranacionais é hoje um desafio que se impõe aos estudiosos do direito constitucional. Esse diálogo entre ordens jurídicas diversas tem sido aprofundado pela necessidade de que trocas sejam feitas para a solução de problemas que não são unicamente internos, mas superam as fronteiras dos estados nacionais. Esse diálogo, ainda, se aprofunda entre as diversas instituições, judiciais ou extrajudiciais, dos mais variados estados nacionais, estabelecendo um contato entre decisões, o que exige o desenvolvimento de reflexões que deem conta dessa nova realidade. A Constituição de 1.988 foi, textualmente, pioneira em abrir o constitucionalismo brasileiro para o constitucionalismo transnacional, tanto no tema da integração quando do direito internacional dos direitos humanos. Nossos legisladores e tribunais, mais e mais, têm recepcionado teorias, doutrinas e jurisprudência advindas de outros estados nacionais ou organismos internacionais. O presente curso pretende enfrentar esses problemas a partir de uma discussão, problematizada, que leve em conta tanto a produção doutrinária da matéria, quanto os desenvolvimentos havidos na seara judicial, para que se ofereçam opções críticas em relação à construção constitucional em ambiente nacionais derivada do direito constitucional transnacional.

Bibliografia Básica:

NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2.009.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

ROCA, Javier García et ali. *El Diálogo entre los sistemas europeo u americano de derechos humanos*. Cizur Menor: Civitas, 2012.

VERGOTINI, Guiseppe De. *Más allá del diálogo entre tribunales (prólogo de Javier García Roca)*. Cizur menos: Civitas, 2010.

FIGUEIREDO, Marcelo. *Direito Constitucional - estudos interdisciplinares sobre federalismo, democracia e administração pública*. Belo Horizonte: Forum, 2012.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *A Global Community of Courts*. *Harvard International Law Journal*. v. 44, n. 1, p. 191-220, winter, 2003.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e conseqüências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolveu o surgimento do direito ambiental e do direito do consumidor. As perguntas básicas que se buscará responder são: o que são direitos difusos materiais? Em qual contexto histórico surgiram? Como construir um fundamento filosófico/conceitual para os direitos difusos materiais? Tais direitos são frutos da chamada pós-modernidade? Existe uma relação entre o processo de globalização e o surgimento dos direitos difusos? Como o direito deve tratar o tema do risco na sociedade contemporânea?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - *"A Era dos Direitos"*.

BECK, Ulrich - *"Sociedade de Risco"*.

JONAS, Hans - *"O princípio responsabilidade"*

LIPOVETSKY, Gilles *"A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo"*;

FARIA, José Eduardo - *"Qual o futuro dos direitos: Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista"*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Direito das Relações de Consumo: direitos básicos dos consumidores
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tratará de três temas centrais: (i) uma visão histórica da construção dos direitos dos consumidores, demonstrando as razões de seu surgimento e as influências da legislação internacional na formulação do Código de Defesa do Consumidor-CDC; (ii) a posição destes direitos básicos no quadro do direito brasileiro e (iii) a efetividade e atualidade do direito do consumidor no Brasil. Passaremos pelo estudo dos seguintes tópicos: 1. A sociedade de consumo. 2. Vulnerabilidade e sociedade de risco. 3. A posição do direito do consumidor no quadro da ciência do direito. A transversalidade do direito do consumidor. 4. Os direitos básicos do consumidor no âmbito internacional: a formulação nos Estados Unidos, as Diretrizes das Nações Unidas e as Diretrizes da Comunidade Europeia. As leis latino-americanas. 5. As diversas fases do direito do consumidor no Brasil. 6. A influência do direito internacional e comparado na construção do CDC. 7. Os direitos básicos do consumidor no CDC: proteção à saúde e segurança; informação; igualdade nas contratações; proteção contra práticas e cláusulas abusivas; proteção contra publicidade enganosa e abusiva; prevenção e reparação de danos; acesso aos órgãos públicos; facilitação da defesa em juízo; adequada e eficaz prestação dos serviços públicos. 8. O estágio de implementação e de atualidade destes direitos básicos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

CALAIS-AULOY, Jean et STEINMETZ, Frank - "*Droit de la consommation*". Paris: Dalloz.

GRINOVER, Ada Pellegrini e OUTROS - "*Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*". Ed. Forense Universitária.

McCRACKEN, Grant - "*Cultura e Consumo*", Ed. Mauad.

SODRÉ, Marcelo Gomes - "*A Formação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor*". Ed. Revista dos Tribunais.

SODRÉ, Marcelo Gomes - "*A construção do Direito do Consumidor: um estudo sobre as origens das leis principiológicas de defesa do consumidor*". Ed Atlas.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Souza Aguiar
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Os Direitos Fundamentais e o Direito como Sistema Aberto
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Enfoques da disciplina: os direitos fundamentais, como posituação dos valores ético-morais, representam, em ato, a garantia da dignidade da pessoa humana, e em potência, a evolução do próprio conceito de dignidade como conquista histórica. O desafio reside em perceber a dimensão histórico-axiológica dos direitos fundamentais, como categoria filosófica objetiva/subjetiva, que é conquista da sociedade, por meio da evolução ético-moral e, nesta exata medida, afirmação da condição humana naquilo que é da essência antropológica do Homem. Assim, O sistema jurídico, ordenado pelos direitos fundamentais, é dialeticamente aberto pois em cada momento traz em si o gérmen da negação e da superação do que está positivado, sobretudo em vista da interação entre a Filosofia do Direito, a Dogmática Jurídica e a Jurisprudência como atividade prática. E toda esta atividade na esteira da globalização e da mundialização do Direito.

Bibliografia Básica:

Delma-Marty, Mireille. *La Refondation des Pouvoirs - Les forces imaginantes du droit*. Édition Du Seuil, Paris.

Goyard-Fabre, Simone. *Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno*. Martins Fontes.

Barroso, Luiz Roberto. *A Nova Interpretação Constitucional*. Renovar.

Larenz, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Calouste Gulbekian.

Cannaris, Claus. *O Pensamento Sistemático e o Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Calouste Gulbekian.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior em Direito
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo repensar o papel do professor na Universidade, discutir o processo de aprendizagem no ensino superior e discutir a pesquisa científica através de uma reflexão crítica da Ciência do Direito.

As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários, possibilitando ao aluno utilizar as diversas técnicas para repensar a didática em sala de aula.

Bibliografia Básica:

AGUILLAR, Fernando Herren. *Metodologia da Ciência do Direito*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

ADEODATO, João Maurício. *Ética e Retórica*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALVES, Rubem. *Por uma Educação Romântica*. Campinas: Papirus Editora, 2002.

ARRUDA ARANHA, Maria Lucia de. *História da Educação*. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 2002.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CHALITA, Gabriel B. I. *Vivendo a Filosofia*. São Paulo: Atual, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Márcio Cammarosano
Disciplina: Contratações Públicas
Núcleo de Pesquisa: Direito Administrativo
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. *Concessão de Serviços públicos*. São Paulo: Editora Malheiros.

CAMMAROSANO, Márcio; POZZO, Augusto Neves Dal, VALIM, Rafael (coordenadores). *Regime Diferenciado de contratações públicas- RDC (Lei 12462/2011). Aspectos Fundamentais*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle e FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de licitação*. Editora Revista dos Tribunais.

FILHO, Marçal Justen Filho. *Teoria Geral das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Editora Dialética

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 29 edição. São Paulo: Saraiva, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - a conjectura sistêmica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tomando por base os textos de Lemoigne e Pugliesi estabelecer os conceitos de funcional estruturalismo e estrutural funcionalismo e suas implicações para a construção de teorias sociais, em particular, a do Direito, enfocando alguns pontos básicos.

- O conceito de ordenamento;
- O conceito de função e o de estrutura;
- o conceito de sistema aplicado ao ordenamento;
- construção do modelo;
- Detalhamento da arquitetura de um ordenamento jurídico;
- Aspectos dinâmicos de um sistema normativo.

Bibliografia Básica:

BUCKLEY, Walter. *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo: Cultrix, 1967. cap. 2 até p. 44.

DELATTRE, Pierre. *Teoria dos Sistemas e Epistemologia - A Regra do Jogo*. Lisboa, 1981.

LEMOIGNE, Jean-Louis. *A Teoria do Sistema Geral - Teoria Geral da Modelização*. Lisboa: Instituto Piaget. Cap. 2, 9 e 10

NEVES, Marcelo. *Inconstitucionalidade das Leis*. São Paulo: Saraiva. Cap. 1 e 2.

PUGLIESI, Márcio. *Teoria do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Márcio Pugliesi
Disciplina: Filosofia do Direito II: A instauração da
Modernidade e o Direito
Núcleo de Pesquisa: Filosofia do Direito
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O momento mais relevante da fixação das diretrizes filosóficas do Direito contemporâneo sob a visada de Kant.; Foucault e Horkheimer/Adorno. Uma investigação de fundamentos.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor W. & POPPER, Karl R. & alii. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Neuwied / Berlin: Hermann Luchterhand, 1969.

FOUCAULT, Michel.. Qu'est-ce que les Lumières? In *Dits et Écrits*, tome IV, Paris: Gallimard, 1984, p, 562-578.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. trad. Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KANT, Immanuel. *Resposta à questão: o que é o esclarecimento?* trad. Márcio Pugliesi, in *Cognitio - Revista de Filosofia*. vol. 13, n. 1, janeiro-junho 2012, p. 145-154.

PUGLIESI, Márcio. *Filosofia Geral e do Direito*. São Paulo: Ícone, 2013 (prelo) - texto fornecido pelo professor.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina: Processo Penal Contemporâneo, Democracia e Dignidade Humana
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Penal
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O mundo tem passado por grandes transformações decorrentes de uma nova visão de sociedade globalizada, que impõe mudanças e reflexões no posicionamento dos institutos do Direito, em especial do Direito Processual Penal, inclusive no âmbito de uma justiça internacional. Assim, essas alterações devem sempre estar norteadas por princípios que constituem um Estado Democrático de Direito, principalmente em face do direito de punir do Estado, nas mais variadas acepções da intervenção na vida do cidadão.

Bibliografia Básica:

COSTA, José de Faria & SILVA, Marco Antônio Marques da. (Coordenação). *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais: Visão Luso-Brasileira*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo Penal Constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2007.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da. *Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito, Poder e Justiça: o Ordenamento Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nosso ponto de partida funda-se não na razão de uma certa justiça, mas no sentimento da JUSTIÇA. Tantas têm sido as diferentes teorias da Justiça e sua viabilidade que se torna um problema determinar-se cientificamente o seu conceito. Não se trata apenas de perguntar, no âmbito do Direito, pelo justo, mas de fazer uma pergunta fundamental que afeta a própria essência do indivíduo: se o indivíduo deseja a Justiça; se pretende justificar sua conduta apelando para os atos de outros ou às normas de Direito Positivo com o qualificativo de "justas". Estas diferentes expressões de um denominador comum nos faz pensar que estamos ante algo mais que uma certa aspiração de incluir uma medida de ordem em nossas relações sociais.

O curso visa demonstrar que o Direito representa um modelo de ordem e que como arquétipo de nossa conduta não pode ser ao mesmo tempo, a expressão de qualquer tipo de ordem. A ordem que o homem persegue é a que simboliza a Justiça! A posição dita "neutra" sobre o Direito Positivo não mais satisfaz ao jurista que eleva sua voz frente ao Poder criado e amparado em formalismos legais e normas radicalmente injustas.

Bibliografia Básica:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KELSEN, Hans. *A Ilusão da Justiça*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Martins Fontes, 2000. KELSEN, Hans. *Que es Justicia?* Trad. Albert Casamiglia. Barcelona: Ariel, 1982.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Trad. João B. Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Poder Jurídico e Violência Simbólica Problemas do PODER na Obra Póstuma de Hans Kelsen*. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito I - A Filosofia Jurídica nos Desafios Contemporâneos: Ética, Bioética e Biodireito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A ciência tem mudado muitas coisas. A esquecida Filosofia Ética que representa o que há de mais profundo no pensamento jurídico renasce, notadamente aplicada ao Direito e à questão da Justiça. Seu estudo está a exigir o denominado "pensamento complexo". A teoria da complexidade é uma teoria que pode conviver com os fenômenos das Ciências da vida e também com os sociais, mas não no mesmo nível. Existe uma concepção básica que defende a idéia de autonomia da organização e da relação. O termo "complexo" deve ser tomado em seu sentido original, que significa "aquilo que forma um conjunto". Não é questão de destruir as disciplinas, mas de demonstrar que elas fazem parte de um conjunto abrangente: a Filosofia do Direito.

O Curso tem por objetivo investigar o Biodireito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente do denominado Bio-Direito ou "Bio-Juris", termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológicas, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que se segue, buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade viva em pleno desenvolvimento, lembramos a frase de Benjamin Cardoso de que: "O direito deve ser estável, mas não pode ser estático."

Bibliografia Básica:

CASABONA, Carlos Maria Romeo. *Del Gen al Derecho*. Colômbia: Univ. Externado de Colômbia, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NINO, C.S. *Ética y derechos humanos - Un ensayo de fundamentación*. Buenos Aires: Astrea, 1989.

REICH, W. T. *Encyclopedia of bioethics*. Nova York: Free Press, 1978.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Imaculada concepção - Nascendo "in vitro" e morrendo "in machina"*. São Paulo: Acadêmica, 1993.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Maria Garcia
Disciplina: Direito Constitucional II - Hermenêutica e Interpretação Constitucional
Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Trata-se de analisar a Teoria da Interpretação da Constituição sob o ângulo do Interpretete, abrangendo enfoques interdisciplinares (Psicologia Jurídica, Semiótica Jurídica) e em especial, a interpretação do Direito Constitucional Educacional. A partir daí, o estudo de casos.

Bibliografia Básica:

- BASTOS, Celso Ribeiro. *"Hermenêutica e Interpretação Constitucional"*, Ed. Celso Bastos, 2002, caps. V e IX
- HESSE, Konrad. *"Escritos de Derecho Constitucional"*, Ed. Centro de Estudios Constitucionales, 1983, "La Interpretacion Contitucional", pp. 35-51
- STRECK, Lenio Luiz, *"Hermenêutica e(m) Crise"*, Ed. Livraria do Advogado, 2004, cap. V
- ZIMERMANN, David e COLTRO, Antonio Carlos Mathias, Organizadores: *"Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica"*, Ed. Milenium, 2008, Cap. VIII - Giselle C. Groeninga, "Os direitos da personalidade e o direito a ter uma personalidade"
- ANDRADE, Cássio Cavalcante, *"Direito Educacional. Interpretação do Direito Constitucional à Educação"*, Ed. Fórum, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Maria Helena Diniz
Disciplina: Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa: Obrigatória para todos os alunos do
Doutorado em Direito.
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 07h30min às 12h30min
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 05
Carga Horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

Análise da: teoria do ordenamento jurídico e do sistema como instrumento lógico da construção científico-jurídica; questão da plenitude e consistência do sistema; dinâmica do sistema; idéia de sistema nas várias correntes jusfilosóficas, salientando o papel da ciência jurídica e da sua linguagem e a questão da unidade sistemática das normas.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*, 1991.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Teoria da norma jurídica*, 1998.

_____. *Conceito de sistema no direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 1962.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas lógicas e sistema de direito*, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Teoria da norma jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa dar uma visão panorâmica da Ontologia, Epistemologia e Axiologia jurídicas, voltada ao estudo da "norma jurídica", embora dê um enfoque especial à Epistemologia Jurídica. Evita-se, no curso, o monopólio de uma teoria, pois os problemas epistemológicos não mais se resolvem por uma especulação abstrata por ser impossível compreender em todo seu alcance científico-jurídico e filosófico, a norma, sem o recurso a todas as noções fundamentais contidas nas teorias clássicas e modernas. Busca-se um estudo realista da normas jurídica, sob o prisma kelseniano, empírico e pragmático.

Bibliografia Basica:

DINIZ, Maria Helena. Conceito de norma jurídica como problema de essência. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. A ciência jurídica. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Teoria da norma jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

HART, Herbet. El concepto del derecho, 1963.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Coimbra, 1962.

ROSS, Alf. El derecho y la justicia. Buenos Aires, 1970



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Luiz Pinto
Disciplina:	O processo civil à luz da Constituição - Ações e Recursos Constitucionais perante os Tribunais Superiores
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo aprofundado e comparativo do Direito Processual Constitucional; dos princípios e garantias constitucionais do processo como direitos fundamentais. A Tutela processual das liberdades e dos direitos fundamentais individuais e coletivos. As ações constitucionais: mandado de segurança, de injunção, habeas data, ação declaratória de inconstitucionalidade, reclamação constitucional. Os Recursos Constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário. A coisa julgada e sua relativização. Papel e função das cortes superiores e da jurisprudência. Recursos Repetitivos e isonomia na prestação jurisdicional.

Bibliografia Básica:

FUX, Luiz; NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. "Processo e Constituição: Estudos em Homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira". Ed. Revista dos Tribunais.

GUERRA FILHO, WILLIS Santiago. "Introdução ao Direito Processual Constitucional". Ed. Síntese.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. "Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante". Ed. Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson. "Princípios do Processo Civil na Constituição Federal". Ed. Revista dos Tribunais.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. "Processo Constitucional - O Modelo Constitucional do Processo Civil Brasileiro". Ed. Lumen Júris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nazar
Disciplina:	Direito das Relações Econômicas e Sociais - Repercussões Econômicas do Direito Coletivo do Trabalho
Núcleo de Pesquisa:	Direito Econômico
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A síntese do curso estará gravitando sob o ponto de vista de uma análise jurídico-econômica das relações coletivas de trabalho. A teoria do valor da jurisprudência. Teorias sobre a ordem jurídico-econômica do Brasil. Teorias sobre os princípios constitucionais, sistema jurídico e ordem de valores. A noção de intervenção do Estado no domínio econômico e realização dos direitos sociais e coletivos. Direitos sociais e a proteção do trabalhador. O papel das organizações sindicais na efetivação dos direitos da pessoa. Contribuições sindicais. Aspectos econômicos e proteção dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Teorias sobre a ordem econômica internacional, com foco nos direitos e deveres econômicos e sociais dos Estados. Globalização e multiplicação das empresas transnacionais em face da soberania dos Estados. Concepções sobre globalização e aplicação nos direitos sociais e coletivos. Conflitos nas relações laborais e mecanismos de solução de controvérsias.

Bibliografia Básica:

- NAZAR, Nelson. *Direito Econômico*. 2. ed., São Paulo: Edipro, 2009.
- NAZAR, Nelson. *Direito Econômico e o Contrato de Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007.
- CANOTILHO, J. J. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed., Coimbra: Almedina, 2001.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

CANOTILHO, J. J. GOMES. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1999.

HART, Herbert L. A. *O Conceito de Direito*. 3. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SAYEG, Ricardo e BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista - Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Rio de Janeiro: KBR Editora Digital, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Processo Civil e Controle de Constitucionalidade: A Conturbada Relação Entre Jurisdição Constitucional e Jurisdição Ordinária
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Examinar a relação entre processo civil e direito constitucional por meio do controle de constitucionalidade. Sendo assim, será analisado o controle difuso de constitucionalidade a fim de se averiguar sua importância, função e natureza jurídica. Em seguida, passar-se-á ao estudo das principais modalidades de decisões oriundas do controle de constitucionalidade: interpretativas, manipulativas, aditivas e limitativas. No exame das limitativas será trabalhada a técnica da modulação de efeitos seus requisitos autorizadores e a possibilidade de sua incidência no controle difuso. O estudo de todos os temas será realizado mediante análise crítica dos julgados proferidos pelo Supremo Tribunal Federal em cotejo com o direito comparado.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*, SP: RT, 2011.

KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*, SP: Martins Fontes, 2003.

MEDEIROS, Rui. *A decisão de inconstitucionalidade*, Lisboa: Universidade Católica, 1999.

MÜLLER, Friedrich. *O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturantes*, 3.ª Ed., SP: RT, 2013



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

NERY JUNIOR, Nelson e Rosa Maria de Andrade Nery. *Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante*, 13.^a ed., SP: RT, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson e Rosa Maria de Andrade Nery. *Constituição Federal Comentada*, 3.^a ed., SP: RT, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Aspectos Constitucionais dos Direitos Difusos e Coletivos: Direitos Fundamentais e Ativismo
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	18h30 às 23h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Examinar os aspectos constitucionais referentes aos Direitos Difusos e Coletivos. Analisar os principais aspectos processuais relacionados à tutela jurisdicional coletiva a partir de uma perspectiva constitucional. Desse modo, o processo coletivo será examinado como instrumento apto a assegurar a concretização de direitos fundamentais. Nesse contexto, serão analisadas as principais ações constitucionais e sua dimensão para proteção de direitos coletivos. No que se refere ao aspecto metodológico, a análise das ações constitucionais para a tutela dos direitos difusos e coletivos terá por base o pós-positivismo, por consequência, o exame de cada instituto dogmático passará por uma releitura de antigos institutos tais como a norma jurídica e o princípio jurídico. Por fim, será estudada a intrincada relação entre a tutela coletiva e a implementação de políticas públicas para se verificar as vantagens e as desvantagens do ativismo judicial que tem sido utilizado para dirimir as lides coletivas.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*, SP: RT, 2011.

MÜLLER, Friedrich. *O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturantes*, 3.ª Ed., SP: RT, 2013

NERY JUNIOR, Nelson e Rosa Maria de Andrade Nery. *Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante*, 13.ª ed., SP: RT, 2013.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

NERY JUNIOR, Nelson e Rosa Maria de Andrade Nery. *Constituição Federal Comentada*, 3.^a ed., SP: RT, 2012.

STRECK, Lenio. *Verdade e Consenso*, 4.^a ed., SP: Saraiva, 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direitos Difusos e Coletivos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Saule Júnior
Disciplina:	Direito Urbanístico e o Direito à Cidade Aplicado
Núcleo de Pesquisa:	Direito Urbanístico
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Elementos Jurídicos do Direito à Cidades Sustentáveis, Funções Sociais das Cidades e Função Social da Propriedade
Aplicabilidade dos princípios, diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano pelos Municípios brasileiros na esfera legislativa e administrativa:

Avaliação das formas de disciplinamento dos princípios das Funções Sociais das Cidades e Função Social da Propriedade, do direito à cidades sustentáveis e dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano (edificação e parcelamento compulsório, imposto sobre a propriedade urbana, desapropriação para fins urbanísticos), operações urbanas, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir nos planos diretores.

Avaliação sobre a política nacional de mobilidade urbana

Avaliação e Estudos de casos sobre a implementação de planos diretores pelos Municípios brasileiros.

Avaliação e estudos de casos de sistemas nacional, estaduais e municipais de gestão democrática das cidades em especial dos conselhos de cidades, conferências das cidades, audiências e consultas públicas.

Avaliação e Estudos de casos sobre políticas e programas de Regularização Fundiária de Interesse Social (áreas privadas, áreas públicas, áreas de proteção ambiental).

Avaliação sobre a aplicação da ordem jurídica urbanística pelo Poder Judiciário através de estudos de casos e pesquisas jurisprudenciais.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

LEFEBRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Centauro Editora, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia, *Direito Urbanístico Estudos Brasileiros e Internacionais*, Del Rey Lincoln Institute of Land Policy, Belo Horizonte, 2006.

DALLARI, Adilson Abreu, *Instrumentos de Política Urbana, Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10.257/2001)*, Coordenadores Adilson Abreu Dallari, Sergio Ferraz, Malheiros Editores, São Paulo, 2002.

SAULE JUNIOR, Nelson, *Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Ordenamento Constitucional da Política Urbana e Eficácia do Plano Diretor*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

SAULE JUNIOR, Nelson, *Direito Urbanístico Vias Jurídicas das Políticas Urbanas*, Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Disciplina:	Vitimologia
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso, a partir de pesquisa interdisciplinar, pretende abordar a evolução histórica da Vitimologia, desde seu enfoque inicial, incluindo aspectos relacionados ao preconceito, ao holocausto, ao antissemitismo e aos grupos vulneráveis de um modo geral. O estudo prossegue com o exame da classificação das vítimas, das vítimas sociais de um modo geral e dos processos de inclusão e exclusão social. Serão também abordados os aspectos referentes às causas, aos efeitos e à prevenção da vitimização no âmbito penal.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter. *Para uma Crítica da Violência*. In: *Escritos Sobre Mito e Linguagem*. Tradução de Susana Kampff e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011.

KOSOVSKI, Ester e outros. *Vitimologia em Debate*. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

NEUMAN, Elías. *Victimología: El rol de la víctima en los delitos convencionales y no convencionales*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1994.

PIEDADE JÚNIOR, Heitor. *Vitimologia: Evolução no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: Maanaim, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Patrícia Miranda Pizzol
Disciplina:	Aspectos relevantes da tutela individual e coletiva do consumidor
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame da tutela jurisdicional do consumidor, abrangendo aspectos relativos ao processo individual e ao processo coletivo do consumidor, tais como princípios processuais constantes da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, pertinentes à tutela jurisdicional do consumidor; tutela individual do consumidor; regime jurídico das ações coletivas; legitimidade ativa e passiva, bem como intervenção de terceiro, assistência e litisconsórcio; competência, conexão, continência, litispendência; petição inicial e resposta do réu; provas no processo coletivo; tutela de urgência nas ações coletivas; sentença e recursos no processo coletivo; coisa julgada; liquidação nas ações coletivas.

Bibliografia Básica:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Ações Coletivas na Constituição de 1988*. In: Revista de Processo, n. 61/187.

CAPPELLETTI, Mauro. *Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o difusi*. In: Le azioni a tutela di interessi collettivi. Padova: Cedam, 1976.

GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, vol. II, Processo Coletivo (arts. 81 a 104 e 109 a 119).



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM** **DIREITO**

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7,347/85 e legislação complementar)*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PIZZOL, Patricia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus, 1998.

_____. *A tutela antecipada nas ações coletivas como instrumento de acesso à justiça. Processo e constituição: Estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2006, p. 86-138 (Coordenação Luiz Fux, Nelson Nery Jr., Teresa Arruda Alvim Wambier).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Paulo de Barros Carvalho
Disciplina: Direito Tributário, Linguagem e Método
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 18h50min às 23h50min
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 05
Carga horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

O propósito do curso é estudar a Teoria Geral do Direito Tributário e seus reflexos na prática jurídica. As categorias fundamentais da dogmática jurídica-tributária serão analisadas e refinadas a partir dos novos instrumentos teóricos oferecidos pelas teorias da linguagem e pela filosofia da ciência. Com isso busca-se relacionar as repercussões práticas entre três campos de saber distintos, mas repletos de afinidades: Direito Tributário, Linguagem e Método.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 4ª Ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. Curso de direito tributário. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLUSSER, Vilém. Língua e Realidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VILANOVA, Lourival. Escritos Jurídicos e Filosóficos. São Paulo: Axis Mundi e IBET, 2003.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Tributário.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na **primeira**, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na **segunda**, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda parte, conceitos básicos de "teoria das relações". Na **terceira**, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto se apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão ("linguagem jurídica").

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. *Lógica, proposición y norma*. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. São Paulo: RT, 1977.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h50min às 23h50min
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.

ECHAVE, Urquijo e Guiboug. *Lógica, proposición y norma*. Buenos Aires: Astrera, 1986.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. São Paulo: RT, 1977.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Fundamentos Jurídicos da Incidência Tributária
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Revisão crítica da ciência do direito tributário
- Análise das contribuições sociais, definição do conceito de tributo e a classificação jurídica das espécies tributárias.
- Normas de estrutura tributárias e as fontes do direito tributário: o processo fático de produção de normas jurídicas tributárias.
- Sistema do direito e a validade, vigência, eficácia e aplicação das normas tributárias.
- Regras de comportamento, o fenômeno da incidência e aplicação das normas jurídicas tributária.
- Validade, vigência, eficácia e aplicação das normas jurídicas
- Os fatos jurídicos tributário, a prova, as presunções e ficções no direito tributário.
- A relação jurídica tributária
- Lançamento tributário e a estrutura desse ato administrativo
- Axiologia jurídica do Sistema Tributário
- Decadência e prescrição no direito tributário
- Sanções tributárias

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Paulo de Barros Carvalho e Robson Maia Lins

Disciplina: Ordenamento Jurídico e Sistema

Núcleo de Pesquisa: Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.

Dia da semana: Sábado (quinzenalmente)

Horário: 08h30 as 12h30 e das 13h30 as 18h30

Semestre: 2º/2013

Créditos correspondentes: 05

Carga horária: 450 horas

Nível: Doutorado

Ementa:

A disciplina pretende estabelecer incessante diálogo entre a Filosofia do Direito, Filosofia no Direito, Ciência do Direito em sentido estrito e a Teoria Geral do Direito, potencializado pelas discussões atuais na interpretação e aplicação do direito positivo, desde as normas gerais e abstratas até as individuais e concretas, produzidas pelo Legislador, pela Administração Pública, pelo Judiciário, e, ainda, pelos particulares. Com esse instrumental teórico, os Doutorandos terão aperfeiçoada a capacidade linguística necessária à melhor da produção das normas jurídicas, em qualquer atividade ejetora de normas, ou mesmo na produção de textos científicos, máxime a tese de doutorado exigida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. *Uma Teoria Retórica da Norma Jurídica e do Direito Subjetivo*. São Paulo: NOESES, 2011.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Curso de Teoria Geral do Direito (O Constructivismo Lógico-Semântico)*. 4 ed. São Paulo: Noeses, 2012.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário, Linguagem e Método*. São Paulo: Noeses, 2012.

FERRAZ JÚNIOR. *Introdução ao Estudo do Direito*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VILANOVA, Lourival. *Causalidade e relação no direito*. 4ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

- Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.
- Aulas Quinzenais



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso terá como enfoque o estudo de Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais. A abordagem consistirá no universo das relações coletivas com enfoque especial no exercício da liberdade sindical, a organização sindical e as relações sindicais internas e externas e as transformações do mundo do trabalho em confronto com as disposições legais, objetivando a análise crítica do modelo trabalhista brasileiro como instrumento da efetividade dos direitos fundamentais. Avaliação da crítica dos instrumentos normativos e o exercício de direitos fundamentais na democracia sindical e o exercício da democracia no âmbito empresarial.

Bibliografia Básica:

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma. *Direito do Trabalho Parte I - Dogmática Geral*. Coimbra: Almedina, 582 págs.;
- JOÃO, Paulo Sergio. *Participação nos lucros ou resultados das empresas*. São Paulo: Dialética, 1998, 95 págs.
- SUPIOT, Alain. *Au-delà de l'emploi*. Paris: Flammarion, 1999, 321 págs.;
- Homo juridicus. Paris, Seuil, 2005, 329 págs. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Renato Rua. *A teoria da empresa e a regulação da relação de emprego no contexto da empresa*. In Revista LTr., São Paulo, Vol. 69, nº 5, maio de 2005, págs.573-580;



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito Sindical*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005.

MELO, Raimundo Simão de. *Dissídio Coletivo do Trabalho*. São Paulo: LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Pedro Paulo Teixeira Manus
Disciplina: Direito Processual do Trabalho I -
Execução de Sentença no Processo do
Trabalho
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível : Mestrado

Ementa:

A disciplina Direito Processual do Trabalho II - Execução de Sentença - objetiva examinar um tema específico, dentro do universo do processo do trabalho. Serão examinados o procedimento na execução, à luz da norma constitucional e legal, além da doutrina e jurisprudência. Será igualmente objeto de estudo o anteprojeto de lei enviado pelo TST ao Congresso nacional, que trata das mudanças na execução trabalhista. Para tanto utilizará como metodologia, após a fixação dos vários aspectos a serem abordados, a exposição em classe, com discussão das questões relevantes. Os alunos deverão elaborar trabalho individual, com exposição e discussão em classe. Cada trabalho deverá aprofundar o tema respectivo, com visão crítica e eventual proposta de alteração legislativa, quando for o caso. O conjunto dos trabalhos deverá sintetizar o posicionamento do grupo sobre o tema estudado.

Bibliografia Básica:

MANUS, Pedro Paulo Teixeira; *Execução de Sentença no Processo do Trabalho*, Atlas, SP.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira Manus e ROMAR, Carla Teresa Martins; *CLT Anotada*, Atlas, SP.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *Curso de Direito Processual do Trabalho*, Saraiva, SP.

NERY, Nelson Jr; *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, RT, SP

SHIMURA, Sergio S; *Título Executivo, Método*, SP.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Regina Helena Costa
Disciplina: Tributação e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2013
Crédito correspondente: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O objetivo do curso consiste em oferecer uma visão do estreito relacionamento entre a tributação e o exercício de direitos fundamentais. Serão analisadas as principais interferências no exercício de direitos constitucionalmente disciplinados, tanto no campo da fiscalidade, quanto da extrafiscalidade. Assim, constituirá objeto de estudo a relação entre a tributação e as diversas liberdades, o direito de propriedade, os direitos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem como em relação ao direito do consumidor, dentre outros.

Bibliografia:

PAULO DE BARROS CARVALHO. *Curso de Direito Tributário*, Saraiva.
CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*, Malheiros.
BALEEIRO, Aliomar. *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*, Forense.
COSTA, Regina Helena. *Curso de Direito Tributário - Constituição e Código Tributário Nacional*, Saraiva.
_____. *Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF*, Malheiros.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Regina Vera Villas Bôas
Disciplina:	A Teoria Geral e os Fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos e a Pós-Modernidade: Diálogo das Fontes
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso pesquisará a construção da Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos, denominados de Transindividuais ou Metaindividuais, estudando os fundamentos sociojurídicos dos direitos, a partir de visão interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. O cenário dos estudos apresentará lições clássicas e da Pós-Modernidade dos direitos, valendo-se, principalmente, da teoria de Edgar Morin sobre o pensamento da complexidade e das lições de Claus Wilhelm Canaris sobre o pensamento sistemático, além de julgados contemporâneos sobre o assunto. Enfocará campos do conhecimento que se comunicam, harmoniosamente, com os direitos, organizando-os para a compreensão do bem comum, face a essa perspectiva de construção. A relevância do Diálogo das Fontes de conhecimento será abordada de maneira a integrar princípios e normas jurídicas do Direito do Consumidor, da Criança e do Adolescente, do Idoso, do Direito Ambiental, dos Direitos das Coletividades e das Minorias, do Direito Privado e do Direito Comunitário, procurando estabelecer comunicação entre estes e os respectivos princípios constitucionais, a partir de visão ética do Direito. Tudo isso, atendendo à linha de pesquisa da "Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão e a Tutela da Coletividade, dos Povos e da Humanidade" e ao projeto "Fundamentos e Efetividade da Tutela dos Direitos Coletivos".



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. *O Direito - Introdução e Teoria Geral*, 11ª Ed., Almedina, 2001.

CANARIS, Claus Wilhelm. *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Trad. Antônio Menezes Cordeiro, 3ª ed. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Estudos sobre direitos Fundamentais*, 1ª ed., Brasileira, 3ª tiragem, Ed. RT, 2ª ed. Potuguesa Coimbra, 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Trad. Eliane Lisboa. 3.ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

ROSS Alf, "*Direito e Justiça*", tradução de Edson Bini, Bauru, SP: EDIPRO, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renan Lotufo
Disciplina:	As Relações Jurídicas Obrigacionais no Novo Código Civil e a Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A proposta é abordar as Obrigações, que ganham aplicações em todos os ramos do Direito, sob o enfoque da Constituição. A análise será tanto de Direito Comparado; das fontes constitucionais; das propostas das alterações diretas e indiretas do Novo Código Civil e das repercussões no conjunto de normas de Direito Privado.

Bibliografia Básica:

BETTI, Emilio. *Teoria generale delle obbligazioni*. Milano: Giuffrè, 1953-1955. v. 1, v. 2, v. 3, v. 3, 2. parte, v. 4.

CORDEIRO, António Menezes. *Tratado de Direito Civil Português: Direito das Obrigações. Cumprimento e não Cumprimento; Transmissão; Modificação e Extinção; Garantias*, Coimbra. 2010. Ed Almedina. Vol. II - Direitos das Obrigações - Tomo IV.

LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Tradução de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958-1959, v. 1 e 2.

LOTUFO, Renan. *Código civil comentado: obrigações; parte geral (arts. 233 a 420)*, volume 2. São Paulo. Ed. Saraiva. 2003.

LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coords). *Obrigações*. 1ª edição. São Paulo. vol. 1º. Ed. Atlas. 2011

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Convém que o aluno possa ler textos em espanhol, italiano e francês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renan Lotufo
Disciplina:	As relações jurídicas privadas no Novo Código Civil e suas origens e limites Constitucionais - Contratos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A proposta é examinar as relações contratuais à luz da Doutrina Civil Constitucional Contemporânea. Examinar as inovações propostas quanto a Função Social do Contrato, o Princípio da Boa-fé, a Oneração Excessiva, Lesão Enorme, o estado de necessidade, frente aos valores Constitucionais. Fixar os princípios gerais e analisar a Hermenêutica Contratual.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *"Estudos e Pareceres de Direito Privado"*. Ed. Saraiva. 2004.

BIANCA. C. Massimo. *"Diritto Civile - Il Contratto"*. Milano - Dott. Giuffrè Editore. 1987.

DÉZ-PICAZO, Luiz; Trias, E. Roca; Morales, A. M., *"Los Principios del Derecho Europeo de Contratos"*, Madrid. Editorial Civitas. 2002.

GALLO, Paolo. *Contratto e Buona Fede: Buona fede in senso oggettivo e trasformazioni del contratto*. Torino. Ed. UTET. 2009.

LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coordenadores). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo. Ed. Atlas. 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Convém que o aluno possa ler textos em espanhol, italiano e francês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renato Lopes Becho
Disciplina:	Direito Tributário e Processo de Execução
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Fundamentos teóricos: filosofia do direito tributário e ciência do direito tributário. Processo tributário cível: os grupos procedimentais e suas principais diferenças; princípios do processo de execução; meios diretos e indiretos de cobrança: execução e "astreintes"; dos fatos imponíveis à Certidão de Dívida Ativa; da CDA à distribuição da petição inicial; da distribuição à citação; exceção de pré-executividade; penhora, leilão e satisfação do crédito; cautelar fiscal antecipatória de penhora; embargos à execução fiscal; temas executivos: responsabilidade tributária; temas executivos: decadência e prescrição; tema conexo: discussão sobre parcelamento em execução fiscal e em embargos; execução judicial versus execução administrativa.

Bibliografia Básica:

BECHO, Renato Lopes. *Filosofia do Direito Tributário*. Editora Saraiva.

BECHO, Renato Lopes. *Lições de Direito Tributário*. Editora Saraiva.

BECHO, Renato Lopes. *Sujeição Passiva e Responsabilidade Tributária*. Editora Dialética.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário - Linguagem e Método*. Editora Noeses.

CONRADO, Paulo Cesar (coord.). *Processo Tributário Analítico*. Editora Dialética.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Renato Rua de Almeida
Disciplina: A efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 6ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Os fenômenos modernos da universalização dos direitos humanos por meio de tratados internacionais e da sua internalização nos direitos nacionais como direitos fundamentais em nível constitucional levam necessariamente à busca da eficácia horizontal direta e imediata ou indireta e mediata desses direitos fundamentais nas relações de trabalho, sobretudo nessa fase histórica atual do Direito do Trabalho, conhecida como de flexibilização. A efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho provoca a reflexão de uma nova dogmática jurídica em relação a esse ramo do Direito, conforme a lição de José João Abrantes. Por outro lado, as constituições modernas compreendem também outros valores, como a livre iniciativa e a ordem econômica, tendo a empresa privada como fundamento, que aparentemente podem colidir com a aplicação dos direitos fundamentais. Daí a necessária aplicação do princípio da proporcionalidade, na busca da efetividade desses direitos fundamentais nas relações de trabalho.

Bibliografia Básica:

ABRANTES, José João, *Contrato de trabalho e direitos fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editores;

AMARAL, Júlio Ricardo de Paula, *Eficácia dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas*, São Paulo, LTr. Editora Ltda.;

ROMITA, Arion Sayaão, *Direitos fundamentais nas relações de trabalho*, São Paulo, LTr. Editora Ltda.;



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos, *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Coimbra, Almedina;

SARLET, Ingo Wolfgang, *A eficácia dos direitos fundamentais*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Ricardo Hasson Sayeg
Disciplina:	Capitalismo Humanista
Núcleo de Pesquisa:	Direito Econômico
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Análise jurídica do capitalismo sob a perspectiva dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

NAZAR, Nelson. *Direito Econômico*. 2. Ed. São Paulo: Edipro, 2010.

SAYEG, Ricardo Hasson; BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Petrópolis:KBR, 2011.

TAVARES, Andre Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. 3. ed. São Paulo; Método, 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Econômico.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Roberto Baptista Dias da Silva
Disciplina:	Teoria dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo o estudo de diferentes aspectos da teoria dos direitos fundamentais, analisando criticamente questões como a distinção entre princípios e regras, a interpretação, a eficácia, o conteúdo essencial, as restrições e a possibilidade de renúncia a tais direitos. Também serão discutidos os temas da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial, da reserva do possível, da proibição do retrocesso e da exigibilidade judicial dos direitos fundamentais. A intenção não é examinar os direitos fundamentais em espécie, conforme previstos na Constituição, mas permitir que o aluno encontre as ferramentas necessárias à solução dos problemas advindos da aplicação dos direitos fundamentais, partindo da reflexão sobre sua estrutura normativa, interpretação, eficácia, limites, bem como sobre as formas para a resolução das colisões entre eles e a sua exigibilidade judicial.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, Víctor & Courtis, Christian. *Los derechos sociales como derechos exigibles*. Madrid: Trotta, 2002.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria*. Coimbra: Coimbra, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos. *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Robson Maia Lins
Disciplina:	Decisão judicial e o Constructivismo Lógico-Semântico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	Sábado (quinzenalmente)
Horário:	08h30 as 12h30 e das 13h30 as 17h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo da disciplina é estudar as decisões judiciais como instrumentos ponentes de normas individuais e concretas no sistema jurídico. Também comporão o objeto da disciplina o estudo das decisões judiciais em processos perante as Cortes Superiores, em rito repetitivo (STJ) e com repercussão geral (STF), em ações de controle abstrato de constitucionalidade, desafiando os mestrandos no exame dos cálculos normativos entre os produtos desses acórdãos (STF e STJ) com as decisões prolatadas em primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário. Com isso, os mestrandos terão todo o instrumental teórico necessário à construção do sistema jurídico não somente estabelecendo as relações de subordinação e coordenação no nível das normas gerais e abstratas, mas também das individuais e concretas. Nesse entrechoque normativo, temas como certeza do direito, segurança jurídica, coisa julgada, ato jurídico perfeito, expectativa de direito, relativização da coisa julgada, modulação de efeitos etc. serão examinados em aulas expositivas e seminários.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Fundamentos Jurídicos da Incidência*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DERZI, Mizabel Machado. *Modificações na Jurisprudência no Direito Tributário*. São Paulo: Noeses, 2009.
- LINS, Robson Maia. *Controle de Constitucionalidade em Matéria Tributária*. 2005. São Paulo, Quartier Latin.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

TAVARES, André Ramos. *Paradigmas do Judicialismo Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

- Aulas Quinzenais



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Rogério José Ferraz Donnini
Disciplina:	Da Responsabilidade Civil na Sociedade Contemporânea
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Curso de Direito Civil (Tutela e Direitos Fundamentais dos cidadãos e das relações civis) – Mestrado em Direito das Relações Sociais – Tema do Curso: RESPONSABILIDADE CIVIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Finalidade: a análise de temas como “enriquecimento com causa” e danos da sociedade pós-industrial; responsabilidade civil, instabilidade, incerteza e insegurança jurídica; dano biológico provocado por ondas eletromagnéticas; bullying e stalking na era virtual; os princípios *neminem laedere*, da dignidade humana e da boa-fé; valor de desestímulo na prática reiterada de lesões; Imprensa livre e tutela inibitória; privacidade e intimidade nas redes sociais; e liberdade de morrer.

Bibliografia Básica:

ALPA, Guido. *La Responsabilità Civile, Parte Generale*, Utet Giuridica, 2010.

COING, Helmut. *Elementos Fundamentais da Filosofia do Direito*, tradução de Elisete Antoniuk, Sergio Fabris Editor, Porto Alegre, 2002.

DONNINI, Rogério. *Responsabilidade civil pós-contratual*, Saraiva, 3ª edição, 2011.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na Legalidade Constitucional*, obra organizada por Maria Cristina De Cicco, Renovar, Rio de Janeiro, 2008.

VILLEY Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*, tradução de Claudia Berliner, São Paulo: Martins Fontes, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Roque Antonio Carrazza
Disciplina:	A aplicabilidade dos princípios constitucionais tributários nos tributos em espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.) e dos projetos de Reforma Constitucional Tributária e de Código de Defesa do Contribuinte, tudo tendo em vista a efetivação dos grandes princípios constitucionais tributários. A pesquisa é desenvolvida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, que privilegia os postulados tributários consagrados na Constituição Federal.

Bibliografia Básica:

Curso de Direito Constitucional Tributário - Roque Antonio Carrazza (27ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2011).

Reflexões sobre a Obrigação Tributária - Roque Antonio Carrazza (Editora Noeses, São Paulo, 2010).

Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar - Aliomar Baleeiro (7ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1997).

Curso de Direito Tributário - Paulo de Barros Carvalho (20ª edição, Saraiva, São Paulo, 2008).

Hipótese de Incidência Tributária - Geraldo Ataliba (6ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2008).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Rosa M ^a B. B. de Andrade Nery
Disciplina:	Teoria Geral do Direito Privado - Sistema de segurança social e de liberdade pessoal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

"Teoria Geral do Direito Privado: Sistema de segurança social e de liberdade pessoal". Trata-se de estudo dogmático dos institutos da Teoria Geral do Direito Privado, com ênfase para os mecanismos que possibilitam ao sujeito de direito o exercício pleno de suas faculdades e a expressão de sua liberdade no trato de suas vivências pessoais, da circulabilidade de riquezas, na realização de negócios e no exercício da empresa.

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil - Teoria Geral. V. 2. Acções e factos jurídicos. Coimbra: Coimbra, 1999.

BOBBIO, Norberto. Dalla struttura alla funzione, Milano, Edizioni de Comentá, 1977.

FERRI, Luigi. L'autonomia Privata, Milano, Giuffri, 1959.

NERY, Rosa Maria B.B. de Andrade. Introdução ao Pensamento Jurídico e à Teoria Geral do Direito Privado. RT, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Efetividade dos provimentos executivos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Análise da estrutura processual e procedimental, no que concerne à concretização da providência jurisdicional, notadamente pelo chamado "cumprimento da sentença". Abordagem da função jurisdicional, seja no tocante ao reconhecimento da lesão à ordem jurídica e à declaração da norma, seja no concernente à materialização do direito, sob a vertente pragmática. Exame da tutela executiva em suas diversas formas de manifestações, notadamente aquela que transforma o comando sentencial em efetiva satisfação do direito da parte, pelo cumprimento de sentença ou pela ação de execução de título extrajudicial.

Bibliografia

ASSIS, Araken de - *Manual do processo de execução*, RT

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de Direito Processual Civil*, vol. 3, Saraiva

MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução Civil*, RT

NERY JÚNIOR, Nelson - *Princípios do processo civil na Constituição Federal*, RT

SHIMURA, Sérgio. *Título executivo*, Ed. Método, 2005



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina: Problemas Contemporâneos do Contrato Administrativo
Núcleo de Pesquisa: Direito Administrativo
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h:00 às 23h:00
Semestre 2º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Dentro do Projeto de Pesquisa "Formas contemporâneas de Atuação da Administração Pública e seu impacto nas atividades de fomento, serviço público, intervenção e controle" vinculado à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal" será ministrada a disciplina "Problemas Contemporâneos do Contrato Administrativo" com o propósito de discutir o papel reservado pela Administração aos contratos administrativos.

Bibliografia Básica:

André de Laubadère et Alli, *Traité des contrats administratifs*,

Carlos E. Delpiazzo, *Contratación Administrativa*, Universidad de Montevideo.

Juan Carlos Cassagne et alli, *La contratación pública*, Hammurabi

Maria João Estorninho, *Requiem pelo contrato administrativo*, Livraria Almedina.Coimbra.

Maria João Estorninho, *Direito Europeu dos Contratos Públicos*, Livraria Almedina, Coimbra.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina:	Teoria Geral do Direito – Do positivismo ao pós-positivismo: estudos de teoria do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro do Projeto de Pesquisa "Fundamentos do Sistema Constitucional Administrativo brasileiro" vinculado à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal" será ministrada a disciplina "Do positivismo ao pós-positivismo: estudos de teoria do Direito", que procurará discutir a evolução dos problemas fundamentais da teoria geral do direito com especial referência às peculiaridades da dogmática constitucional e administrativa.

Bibliografia Básica:

- ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. Madrid, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Generale Del Diritto*. Ed. Giappichelli, 1993.
- _____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. UnB: Polis, 1989.
- _____. *Teoria da Norma Jurídica*. Ed. Edipro. Edições Profissionais, 2001.
- _____. *O positivismo jurídico*. Lições de Filosofia do Direito. Ed. Ícone, 1999.
- _____. *Da estrutura à função*. Manole, 2007.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3. ed. Almedina editora.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a sério*. Martins Fontes.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Suzana M ^a P. C. P. Federighi
Disciplina:	Práticas Comerciais no CDC - Técnicas de Marketing, Publicidade Enganosa e Abusiva-Inexecuções das Obrigações Assumidas pelo Fornecedor
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa

O curso tem por finalidade o estudo e análise do "Direito das Relações de Consumo", em razão das questões mais relevantes do tema, mormente no que tange às questões pré-contratuais, contratuais e pós-contratuais. Neste módulo, estudaremos as alterações promovidas pelo Código de Defesa do Consumidor, as relações jurídicas que se desprenderam da estrutura normativa do Código Civil, a oposição destas matérias em razão de sua permanência paralela ao novo Código Civil editado.

O estudo das Práticas Comerciais é indissociável da análise do processo de formação da relação contratual de consumo, suas conseqüências sobre o processo de captação da poupança privada e preservação da integridade e incolumidade do consumidor.

A cadeira terá por finalidade abordar a codificação, o direito material que reveste as relações de consumo e subsidiam suas demandas. Terá ainda o propósito de demonstrar, não obstante o caráter interdisciplinar da matéria, sua independência para com o direito econômico, com o direito civil e comercial.

Quanto ao citado caráter interdisciplinar, as aulas serão voltadas à demonstração da necessidade contemporânea de abordar o direito sem doutrinas herméticas e estanques.

A matéria será estudada em função da aplicação pelo profissional do direito, das necessidades sociais, sob a ótica da tutela dos interesses difusos e coletivos.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

O curso estará igualmente voltado a uma pesquisa científica utilitária, garantindo à Universidade um novo papel social.

Bibliografia Básica:

ALVIN, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 2ª Edição, São Paulo: Saraiva, 1955.

BETTI, Emilio. *Teoria general del negocio jurídico*. Traducción A. Martin Pérez, 3ª Edición, Granada, Espana: Editorial Comares, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. Lisboa: Coimbra Editora, 2004.

CARPENA, Heloísa. *Abuso do direito nos contratos de consumo*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

CARVALHO, Ana Paula. *A celebração de contratos via Internet segundo os ordenamentos jurídicos alemão e brasileiro*. Revista de Direito do Consumidor, volume 39, São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2002.

FILHO, Sergio Cavalieri. *O direito do consumidor no limiar do Século XXI*. Revista de Direito do Consumidor, volume 35, São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2002.

PERELMAN, Chaïn. *Lógica jurídica*. Tradução Vergínia K. Pupi, 2ª Edição, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos. Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

KELSEN, Reine Rechtslehre, Viena, 1960 (trad. portuguesa: *Teoria pura do direito*).

REALE, Miguel: *Experiência e cultura*, 1977.

VIEHWEG, Theodor: *Topik und Jurisprudenz* (trad. bras.: *Tópica e jurisprudência*).

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª ed. Brasília: UnB, 1995.

CASTANHEIRA NEVES, *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*, Coimbra, 2003.

TOULMIN, S. *The uses of argument*. Cambridge University Press, 1958.

FERRAZ JUNIOR, T.S. *Introdução ao estudo do direito*, São Paulo, 2004.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Teresa Arruda Alvim Wambier e Nelson Nery Júnior
Disciplina:	Papel fundamental das Cortes Superiores no contexto do Estado Democrático de Direito - lei em vigor e lei projetada
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	2 ^{as} e 3 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	18h30 às 23h30
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Neste semestre, pretendem-se examinar as relações entre o Estado de Direito e a função dos Tribunais Superiores. Estudar-se-á a atividade destes Tribunais (STF e STJ), julgando ações e recursos, exercendo sua função paradigmática, promovendo, fundamentalmente, a isonomia.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao CPC*, Forense, v. 5.

NERY JUNIOR, Nelson. *Teoria Geral dos Recursos*, Editora Revista dos Tribunais.

_____. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. Editora Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Omissão judicial e embargos de declaração*, Editora Revista dos Tribunais.

_____. *Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória*, Editora Revista dos Tribunais.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

- Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Processual Civil.
- Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim
Disciplina:	Inafastabilidade do Poder Judiciário, legislação infraconstitucional e mitigação do princípio: questões controvertidas e atuais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Constitui regra comezinha no direito a impossibilidade de lei infraconstitucional restringir direitos e garantias previstas na Constituição Federal. Em outros termos, garantias como aquela insculpida no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal não podem ser objeto de mitigação por parte de legislação hierarquicamente inferior. O controle jurisdicional, portanto, é inafastável por força não da lei, mas da Constituição Federal. Nesse contexto, passa-se, nessa disciplina, a examinar, a partir da legislação existente, se há limitação a respeito do acesso à justiça ou inafastabilidade do Poder Judiciário, bem como se tais limitações são ou podem ser compatibilizadas com o já mencionado art. 5.º, XXXV, de nossa Constituição Federal. Mas não é só. Será objeto de estudo, ademais, os mecanismos previstos na Constituição Federal que garantam ao jurisdicionado não apenas o acesso à justiça, mas também a busca pelo direito material que afirma ter.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito processual civil*. 4. Ed. São Paulo: RT, 2012.

ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*. São Paulo: RT, 1996.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Editora Fabris, 1988.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo civil na Constituição Federal*. 9.^a ed. São Paulo: RT, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Thiago Lopes Matsushita (PUC-SP) e Jorge Viñuales (Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento - Genebra-Suíça)
Disciplina:	Investimento Estrangeiro e Meio Ambiente no Direito Ambiental
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	2ª à sábado
Horário:	14h:00 às 18h:00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os conflitos entre o direito do investidor e o direito ambiental estão cada vez mais freqüentes. Por um lado, a crescente regulação ambiental gera desafios significativos para investidores estrangeiros em diversos setores. Por outro lado, o aumento dos procedimentos de arbitragem está conscientizando os Estados da relevância das conseqüências financeiras geradas pela regulação ambiental. Este curso avançado explorará os desafios mais proeminentes enfrentados pelos Estados e pelos investidores estrangeiros, como um resultado da provável fricção entre o direito ambiental e o direito do investidor. O assunto é particularmente relevante para o Brasil, não só por possuir uma imensa riqueza em matéria de bens ambientais (fauna, flora, águas, recursos minerais entre outros), se comparada com os demais países no mundo, mas também pelo incremento progressivo de sua condição de exportador/importador de investimentos estrangeiros.

Sumário

- 1) Interações entre investimento estrangeiro e meio ambiente
- 2) As normas que regulam essas interações: visão global
- 3) Fundamentos do direito ambiental internacional
 - 3.1 Surgimento e desenvolvimento
 - 3.2 Princípios e conceitos
 - 3.3 Oceanos e rios
 - 3.4 Atmosfera: poluição do ar, destruição do ozônio e mudança climática



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

- 3.5 Diversidade biológica: pântanos, patrimônio mundial e biodiversidade
- 3.6 Substâncias perigosas e atividades nocivas
- 3.7 Implementação (responsabilidade, NCP's, abordagem humanística).

Bibliografia Básica:

VIÑUALES, J. E., *Foreign Investment and the Environment in International Law* (Cambridge : Cambridge University Press, 2012)

DUPUY, P.-M. and J. E. Viñuales, *International Environmental Law : A Modern Introduction* (Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2013), excerpts

DUPUY, P.-M. and J. E. Viñuales (eds), *Harnessing Foreign Investment to Promote Environmental Protection: Incentive and Safeguards* (Cambridge : Cambridge University Press, 2013), excerpts

DOUGLAS, Z., J. Pauwelyn, and J. E. Viñuales (eds.), *Foundations of International Investment Law* (Oxford: Oxford University Press, forthcoming 2013), excerpts.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas do dia 12 à 24 de agosto, de 2ª feira à sábado, no período vespertino das 14h:00 às 18h:00 em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Vidal Serrano Nunes Júnior
Disciplina:	Ordem Social e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

As formas de positivação dos Direitos Sociais e seus respectivos regimes jurídicos. Direitos Sociais e seus limites contingentes. A Teoria da Reserva do Possível e a o Princípio da Separação dos Poderes. A seguridade social e seus princípios norteadores. A intervenção do Estado no domínio Social por meio de serviços públicos. A prestação de serviços públicos de natureza social e as entidades do terceiro setor. A educação na Constituição de 1988. A ordem constitucional da saúde. A assistência social e seu panorama constitucional. A ordem constitucional da cultura.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzóns Valdés. Madrid/Espanha. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. 2002.

ANABITARTE, Alfredo Gallego. *Derechos Fundamentales Y Garantias Institucionales: Analisis Doctrinal Y Jurisprudencial*. Ediciones de La Universidad Autonoma de Madrid. Editorial Civitas. 1994.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. São Paulo, Malheiros.

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *A Cidadania Social na Constituição de 1988*, São Paulo, Verbatim, 2009.

_____. *Manual de Direitos Difusos* (coord), São Paulo, Verbatim, 2009.

_____ & ARAUJO, Luiz Alberto David. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva; 14a ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	O Direito ao Desenvolvimento e sua Efetividade
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudar o direito ao desenvolvimento integrado ao conjunto do direito internacional dos direitos humanos, numa perspectiva interdisciplinar e com especial ênfase no fenômeno da globalização. O ambiente normativo a ser apreciado é integrado pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento; pelo Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e pela Declaração e Programa de Ação de Viena.

Bibliografia Básica:

AMARTYA SEN, *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CARLA ABRANTKOSKY RISTER, *Direito ao Desenvolvimento*, Rio, Renovar, 2007.

CELSO FURTADO, *Economia do Desenvolvimento*, Rio, Contraponto, 2008.

PAULO VI, *Carta Encíclica Populorum progressio*, 1967.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	As prestações no sistema de seguridade social e sua efetividade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O direito à seguridade social compreende um rol de prestações fixadas, nas mais das vezes, em comandos constitucionais. Encartadas em relações jurídicas, cuja dinâmica será exaustivamente examinada, tais prestações ganham efetividade e configuram o Estado do Bem-Estar em sua configuração histórica e atual.

Bibliografia Básica:

WAGNER BALERA, *Sistema de Seguridade Social*, LTr, São Paulo: 6ª edição, 2012.

AUGUSTO VENTURI, *Los Fundamentos Científicos de la Seguridad Social*, Ed. Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, Espanã, 1995.

MATTIA PERSIANI, *Direito da Previdência Social*, 14ª edição, tradução coordenada por Wagner Balera, Quartier Latin, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito III - Fenomenologia do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5 ^{as} e 6 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Conceitos preliminares indispensáveis à compreensão da fenomenologia. Linhas gerais do desenvolvimento da filosofia de Husserl e as tendências filosóficas dominantes na fenomenologia. Antecedentes medievais da fenomenologia e de noções modernas de direito. Tendências fenomenológicas na tradição de pensamento filosófica e jusfilosófica luso-brasileira. Contribuições de Hegel, Alexander Kojève, Adolf Reinach, Martin Heidegger e Gerhard Husserl à fenomenologia e à filosofia do direito. Formalismo, intuicionismo e construtivismo em matemática, fenomenologia e filosofia, especialmente política e jurídica. A "alienação técnica" das ciências e a ciência do direito. Origem e clarificação das dicotomias fundamentais em direito.

Bibliografia Básica:

GUERRA FILHO, Willis S. - *Filosofia: uma Introdução*, Teresópolis: Daimon, 2009.

HEIDEGGER, Martin - "Die Technik und die Kehre", 9a. ed., Stuttgart: Neske, 1996.

HUSSERL, Edmund - "Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie", editada por W. Biemel, La Haya: Martinus Nijhoff, col. Husserliana, vol. VI, 1962.

HUSSERL, Gerhart - "Recht und Zeit", Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1955.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

KELSEN, Hans - *"Una teoria fenomenologica del diritto"*, Nápoles:
E.S.I., 1990.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (obrigatória)
Dia da semana:	5 ^{as} e 6 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direitos Fundamentais e conceitos afins: direitos humanos, direitos de personalidade, direitos públicos subjetivos, garantias institucionais. 2. Gerações de direitos humanos e dimensões dos direitos fundamentais: abordagem histórico-comparativa. 3. Fundamentação epistemológica de uma Teoria Processual do Direito e dos direitos fundamentais. 4. A Norma de Direitos Fundamentais. 5. Estrutura da ordem jurídica derivada dos direitos fundamentais. 6. Posições e situações jurídicas subjetivas decorrentes dos direitos e garantias fundamentais. 7. Interpretação jusfundamental do Direito. 8. O princípio e garantia fundamental da proporcionalidade.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert - *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2009.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*, 26^a. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

GUERRA FILHO, Willis S. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*. 6^a. ed., São Paulo: SRS, 2009

_____ - *Teoria Processual da Constituição*. 3^a. ed., São Paulo: RCS, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2010.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.